



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GABRIEL SILIVONDELA GUELENGUE

**IMPACTO DA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA PROMOVIDA PELA UNIÃO
AFRICANA: UM ESTUDO DE CASO DE ANGOLA (2015-2025)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

GABRIEL SILIVONDELA GUELENGUE

**IMPACTO DA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA PROMOVIDA PELA UNIÃO
AFRICANA: UM ESTUDO DE CASO DE ANGOLA (2015-2025)**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB Campus dos Malês.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

G96i

Guelengue, Gabriel Silivondela.

Impacto da integração económica promovida pela União Africana : um estudo de caso de Angola (2015-2025) / Gabriel Silivondela Guelengue. - 2025.

54 f. : il. color.

Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2025.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva.

1. Angola - Integração económica. 2. Integração regional. I. União Africana. II. Agenda 2063. III. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 337.1609673

GABRIEL SILIVONDELA GUELENGUE

**IMPACTO DA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA PROMOVIDA PELA UNIÃO
AFRICANA: UM ESTUDO DE CASO DE ANGOLA (2015-2025)**

Monografia apresentada como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Relações
Internacionais na Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB
- Campus dos Malês.

Aprovado em: 04/12/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB

Prof.^a Dr.^a Juliana Mércia Guilherme Vitorino

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB

Prof.^a Dr.^a Ivette Tatiana Castilha Carrascal

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB

RESUMO

A integração regional é vista como um dos principais mecanismos para solucionar os problemas de Estados da mesma região, o regionalismo pode-se definir como a forma que os Estados acharam para procurar solucionar os problemas económicos a nível regional, superadas pela abertura da zona livre do comércio e as superações dos conflitos interestatais (Assis *et al.*, 2022). O presente trabalho “Impacto da Integração Económica Promovida Pela União Africana: um estudo de caso de Angola entre 2015-2025”, tem como objetivo analisar se existe de facto um impacto na integração económica promovida pela UA em Angola, partindo do seguinte problema “Qual impacto da integração promovida pela UA na economia Angolana?”. Portanto, para isso utilizamos o método qualitativo fundamental na análise base de dados como análise de conteúdo (Agenda 2063 e o PNB), utilizamos também o site de base de dados TrandEconomics para analisar e comparar os fluxos de importações e exportações de Angola no continente africano e no mundo. Como resultado, podemos constatar que independentemente dos esforços da UA de impulsionar a integração e o comércio entre os Estados membros, a relação comercial de Angola tem fortes resultados para a China, sendo o seu maior importador e exportador nos últimos anos, portanto, notamos que desde adesão a AfCFTA em 2018, Angola tem procurado alinhar as suas políticas domésticas as da UA de forma gradual, permitindo que o fluxo comercial com os países da região seja limitado e baixo.

Palavras-chave: Angola - integração econômica; integração regional; União Africana; Agenda 2063.

ABSTRACT

Regional integration is seen as one of the main mechanisms for solving the problems of states within the same region. Regionalism can be defined as the way states have found to try to solve economic problems at the regional level, overcome by the opening of free trade zones and the resolution of interstate conflicts (Assis *et al.*, 2022). This work, "Impact of Economic Integration Promoted by the African Union: a case study of Angola between 2015-2025," aims to analyze whether there is in fact an impact of the economic integration promoted by the AU in Angola, starting from the following question: "What is the impact of the integration promoted by the AU on the Angolan economy?". Therefore, we used the fundamental qualitative method in the analysis of databases such as content analysis (Agenda 2063 and the GNP). We also used the TrandEconomics database website to analyze and compare the import and export flows of Angola in the African continent and in the world. As a result, we can see that regardless of the AU's efforts to promote integration and trade among member states, Angola's trade relationship has yielded strong results for China, which has been its largest importer and exporter in recent years. Therefore, we note that since joining the AfCFTA in 2018, Angola has sought to gradually align its domestic policies with those of the AU, allowing trade flows with countries in the region to be limited and low.

Keywords: Angola - economic integration; regional integration; African Union; Agenda 2063.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	As principais teorias e características explicativas da integração regional	20
Gráfico 1	Evolução das importações e Exportações de Angola (2015-2025)	43
Tabela 1	Principais parceiros comerciais de Angola (Exportações)	45
Tabela 2	Principais parceiros comerciais de Angola (Importações)	45
Tabela 3	Principais produtos de Importações e Exportações de Angola	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AfCFTA – Área de Livre Comércio Continental Africana
BNA – Banca Nacional de Angola
CEA – Comunidade Económica Africana
CEEAC – Comunidade Económica dos Estados da África Central
CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEMAC – Comunidade Económica e Monetária da África Central
CERs – Comunidades Económicas Regionais
COMESA – Mercado Comum da África Oriental e austral
FMI – Fundo Monetário de Investimento
INE – Instituto Nacional de Estatística
IGAD – Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
ONU – Organização das Nações Unidas
OUA – Organização da Unidade Africana
PIB – Produto Interno Bruto
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
UA – União Africana
UE – União Europeia
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UNITA – União Nacional da independência Total de Angola
UMA – União do Magrebe Árabe
ZTLCA / TFTA – Zona Tripartida de Livre Comércio

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CAPÍTULO I - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E SUA INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA ECONÓMICA DOMÉSTICA	12
2.1	TEORIAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL	12
2.1.1	Teoria sistêmica	14
2.1.2	Teorias de nível regional	16
2.1.3	Teorias de nível doméstico	17
2.2	INTEGRAÇÃO REGIONAL EM ÁFRICA: FUNDAMENTAÇÃO DA TEORIA DE INTEGRAÇÃO	21
2.3	PAPEL DA UNIÃO AFRICANA NA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA	23
2.4	ANGOLA: HISTÓRIA ECONÓMICA E CENÁRIO ATUAL	28
3	CAPÍTULO II - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E SUA INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA ECONÓMICA NA REGIÃO	31
3.1	PROCESSO DE INSERÇÃO REGIONAL DE ANGOLA NO CENÁRIO DA UNIÃO AFRICANA	31
3.2	PROCESSO DE INSERÇÃO REGIONAL DE ANGOLA NO CENÁRIO DA UNIÃO AFRICANA	33
3.3	O PAPEL DA ZONA DE COMÉRCIO LIVRE CONTINENTAL AFRICANA (AfCFTA) PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	34
4	CAPÍTULO III - IMPACTOS DA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA	38
4.1	IMPACTOS DA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA DA UA EM ANGOLA	38
4.2	ANÁLISE DOS EFEITOS DA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA DA UNIÃO AFRICANA: NO CASO DE ANGOLA	43
4.2.1	Principais parceiros comerciais de Angola	44
4.3	RESULTADOS ENCONTRADOS	48
5	CONCLUSÃO	51
	REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

A Integração Regional em África é vista como um mecanismo viável para alcançar o desenvolvimento, para os países menos desenvolvidos, portanto, o regionalismo é percebido como um mecanismo estratégico de desenvolvimento (Nwangwu *et al.*, 2019). A criação da UA foi fruto de uma resposta às crises surgidas no continente africano tanto política e económica, porém, essas demandas não foram facilmente resolvidas devido a disparidade de cultura e as posições geopolíticas e económica de outros Estados Membros, o que levou a instituição a agrupar-se com organizações sub-regionais que facilitassem as relações entre os Estados de uma determinada região com outra. Esta divisão sub-regional foi pelo fato de alguns países estarem mais ligados e próximos, tanto culturalmente como economicamente do que dos outros. Assim, a União Africana é responsável pela união entre os Estados de forma integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus próprios cidadãos (África Union, 2025), este organismo é composto por 55 países e tem como objetivos alcançar maior unidade entre os países, acelerar a integração política e socioeconómica do continente, incentivar a cooperação internacional, coordenar e harmonizar as políticas entre as comunidades económicas regionais existentes, entre outros.

Para concretização destes objetivos a UA aprovou uma agenda denominada agenda 2063, está por sua vez, busca concretizar 7 aspirações cada um com seus objetivos específicos, que alcançados aproximarão a África da sua Visão (Africa Union, 2025). No caso de Angola um país que por muitos anos enfrentou uma guerra civil no seu território, tem feito os possíveis para poder se fixar na zona de influência no cenário regional, não apenas na área de segurança como também na aérea económica.

O presente trabalho procura dar resposta a seguinte pergunta: Qual impacto da integração económica promovida pela UA em Angola? Partindo do pressuposto de que a integração regional tem influenciado de forma significativa na economia angolana, o objetivo consiste em analisar o impacto da integração económica da UA em Angola: buscando compreender como Angola tem elaborado a sua política externa, económica diante da integração da União Africana.

Para o desenvolvimento desta análise o presente trabalho está dividido em três capítulos, no primeiro capítulo a pesquisa procura entender as teorias da integração regional, na primeira etapa foi discutida as teorias de integração regional no mundo e como ela foi projetada no sistema internacional, na segunda parte a integração regional e como ela se desenvolveu no continente africano baseados na criação da UA e nas ideias de Kwame Nkrumah, entre outros.

Na terceira e quarta o trabalho procura entender qual papel da UA na integração em África e o processo histórico de Angola, desde a era colonial até os dias atuais.

Na primeira etapa do segundo capítulo o trabalho procura entender a cooperação internacional e como ela tem influenciado a construção da política externa de Angola, compreendendo como Angola tem se inserido a nível regional, na segunda etapa, compreendeu a análise das principais relações a nível regional e no mundo, na última etapa foi analisada o papel da Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA) para o desenvolvimento Regional.

No terceiro capítulo foi discutida os impactos da integração económica, neste capítulo a pesquisa utilizou dados concretos da agenda 2063, junto com os Planos de desenvolvimento Nacional de Angola nos anos de 2013- 2023 para analisar qual impacto a mesma tem, na segunda etapa, foi feita a análise do balanço dos últimos 5 anos do valor das exportações e importações de Angola com o mundo e por último, na análise dos efeitos da integração económica procuramos avaliar os valores de importação e exportação com base ao balanço comercia com o mundo e a nível continental, desde os principais produtos importados e exportados por Angola até aos principais países que Angola mais efetuam tal relação.

No final foi reservado momento de discussão dos resultados encontrados com base a pesquisa, fez a análise de dados seguindo a base de dados da Trende Economics, para análise de base de dados de comércio de Angola e a comparação das políticas internas criadas por Angola com as da União Africana sobretudo a Agenda 2063, essas bases de dados foram fundamentais para conclusão da pesquisa posteriormente.

2 CAPÍTULO I - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E SUA INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA ECONÓMICA DOMÉSTICA

2.1 TEORIAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

A integração regional surgiu por volta da década de 50, com criação da comunidade Europeia. Nomeadamente com a criação da comunidade económica e de energia atómica europeia em 1957, criadas para as medidas da comunidade, do tratado do carvão e aço em 1952. Se podemos notar desde a sua essência a criação integração regional se deve pelo fato de se querer evitar o conflito entre os Estados. Em 1951 as razões para a criação da comunidade regional foram pelo fato de poder evitar um conflito entre a França e a Rússia, o que viera a se expandir para questões económicas e políticas em 1957.

Esta maneira de se relacionar por intermédio da integração não durou muito tempo para poder se expandir, chegando na América Latina, África e Ásia de maneira consistente, no que a partir dos anos 1960 começou a se refletir a integração nessas regiões.

A integração regional é um processo de unificação entre os Estados de uma determinada região com o intuito de dar solução aos problemas comuns, o processo de unificação refere-se as áreas económicas, políticas, segurança entre outros, de maneira que possa facilitar a abertura do comercio a livre circulação da população, segundo Assis *et al.* (2022), no seu artigo Integração Regional Africana: Panorama, Avanços e Desafios, afirmaram que o “regionalismo pode-se definir como a forma que os Estados acharam para procurar solucionar os problemas económicos a nível regional, superadas pela abertura da zona livre do comércio e as superações dos conflitos interestatais”.

Segundo os autores o regionalismo no processo de regionalização há elementos supranacionais e intergovernamentais, abrindo diferentes formas de analisar o conceito, de um lado como uma alternativa do Estado e por outro como resultado dos esforços do Estado para demonstrar seus interesses, assim podemos considerar que independentemente de como o Estado se projeta no sistema internacional os seus resultados vão se resumir na sua política externa e como ela usufrui dos de possíveis ganhos.

Assis *et al.* (2022), acabam ressaltando ainda que os elementos supranacionais correspondem ao que se chama de regionalismo fechado composto por alto grau de institucionalização, normas e regulamentações em instâncias regionais, ao passo que, os elementos intergovernamentais permanecem no regionalismo aberto sem nenhum arranjo das instituições e dependem da cooperação dos Estados, Portanto, está dicotomia muitas das vezes

é superada, pois os dois elementos conseguem coexistir entre si, apesar de respeitarem as normas e as burocracias institucionais, aprimorando para o essencial que é resolver questões comuns de interesses regionais.

“Para os países menos desenvolvidos, especialmente na África, o regionalismo é percebido como um mecanismo estratégico de desenvolvimento (Nwangwu *et al.*, 2019). Nessa perspectiva, seria uma estrutura de união decisória para evitar uma fragmentação decisória sobre políticas econômicas, o que, na situação africana, inviabilizaria o desenvolvimento econômico do continente” (Diallo, 2020; Assis *et al.*, p. 136). Assim como Kwame Nkrumah, os autores viram a integração regional como um dos fatores para dar solução aos problemas do continente africano, velando para o desenvolvimento. Importante ressaltar que o projeto de integração mais importante do continente africano é a UA (African Union, 2024), desde 1963 tem mantido o continente integrado com ajuda das organizações sub-regionais.

Portanto, para as teorias de integração econômica implica a perda de soberania por partes os Estados que nela pertencem, fazendo jus ao poder as normas impostas pelas instituições, estas relações de cooperação não se sobrepõem a qualquer ao individualismo, permitindo com que os Estados doem uma parte da sua soberania para uma entidade política soberana ou para uma instituição, resultante de uma atividade política resiliente e de uma associação confiável. Assim, podemos pode-se considerar algumas teorias integracionistas que viabilizam o funcionamento das instituições de integração regional, partindo de teorias complementares surgidas nas décadas de 50 e as principais teorias de integração atual.

Teorias Institucionalista, segundo o autor Gilpin (2001), esta teoria foi estabelecida com intuito de vencer falhas do mercado, resolver problemas e facilitar a cooperação econômica, Teoria econômica, Hoss (1958), realça os interesses de grupos de agrupados regionais de comércio e não têm apenas consequências para os estados membros, como também para aqueles Estados com pouco poder ou influência, Teoria Marxista de integração, defendida por Ernest Mendel, o autor sublinha que a integração econômica em geral e os movimentos para a integração política Europeia em particular explicam-se pelos esforços das classes políticas transnacionais, tendo em vista a escala de acumulação de capital financeiro.

Portanto as teorias de integração regional, têm suas variedades de características devido a fatores históricos e a maneira de como foi implementada na região, dando abertura a diversas questões de debate, por um lado pelo instituições internacionais e por outra pela maneira como essa integração vai se refletir na região em questão. Para Moravcsik (1994) no seu livro “Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach” o autor afirma que, fatores que determinam a identidade, os interesses e a influência dos grupos

domésticos são tantos domésticos quanto transnacionais, para ele o interesse do Estado é de permanecer nos bastidores de todo esquema burocrático, interferindo direta ou indiretamente nas negociações internacionais, por intermédio de instituições domésticas, como formações partidárias.

Para Moravcsik (1994), existem dois tipos de efeitos colaterais ou consequências externas: as consequências políticas negativas e consequências positivas, o primeiro ocorrem quando as políticas de uma nação impõem custos às políticas nacionais domésticas de outro, de forma a minar os objetivos do segundo país. A segunda, quando as políticas domésticas conferem benefícios a grupos estrangeiros, de forma a fortalecer as políticas nacionais. Para o autor quando as extremidades ou consequências são positivas a necessidade de se recorrer ao incentivo a cooperação é menor, quando as extremidades são negativas e com opção de melhorá-las, aí o estado recorre ao incentivo a cooperação para que por sua vez possa reajustar a sua estabilidade.

Hurrell por sua vez em 1995, separa as diferentes teorias em níveis de análises de debates: sistêmicos; regionais; domésticos. Como referido, as abordagens partem dos conceitos de análise dedutiva, trazendo uma varia entre a política no sistema internacional para doméstica.

2.1.1 Teoria sistêmica

É sistêmico toda aquela que parte da esfera mais ampla do sistema internacional e que têm um impacto maior na política e economia regional. Há dois grupos de explicações da teoria sistêmica: o realismo e os liberais.

Em primeiro os realistas podem ser subdivididos em dois grupos, o primeiro está mais preocupado com o Power políticos e a formação de alinhados ou coalisões para balanceamento dos Estados dentro e fora da região. Para o realismo a busca pelo regionalismo, seria de certa maneira, uma estratégia que abastece a competição pelo poder, diante de ameaças apresentadas pelos fatores externos.

Outra explicação realista contempla a chamada teoria da estabilização hegemônica (TEH), para esta teoria a criação de instituições internacionais e ordens no sistema internacional tenderão a ter mais êxitos se houver um ator consideravelmente pleno em termos de recursos e disposto em arcar com os custos da fundação e manutenção dessa instituição. A hegemonia se destacou no processo de regionalismo na união Europeia EU e na Àsia (Lustick. 1997; Grieco, 1999), destacando como os Estados Unidos exerceu sua influência criando instituições fortes,

fruto da existência ou inexistência de uma ordem regional institucionalizada, da vulnerabilidade econômica dos Estados da região.

Algumas potências regionais buscarão, inclusive, evitar um envolvimento muito íntimo com os problemas da política regional para evitar um desgaste e aprisionamento onerosos – como fizeram os EUA em relação ao restante do continente americano (Hurrell, 2006).

A existência de um hegemônio também gera riscos segundo Hurrell (1995), ele gera riscos e torna a convivência regional mais difícil e minar esforços do regionalismo, o autor considera quatro formas de que a existência de um ator poderoso pode facilitar o regionalismo (Hurrell, 1995).

Primeiro os grupos regionais podem se formar em resposta ao Hegemônio real ou potência, por exemplo, o Mercosul, por sua vez, cumpriu uma função de balanceamento contra os EUA e o projeto da ALCA (Briceño Ruiz, 2007; Galvão, 2009).

Segundo o regionalismo pode ser uma tentativa de restringir o exercício desimpedido do poder hegemônico através da criação de instituições, amarrar o gigante local por meio de regras e normas pode ser uma forma de criar maior previsibilidade e confiança entre os países da região.

Terceiro os Estados fracos podem optar pelos Bandwagon (União de Estados fracos em torno de um Estado-Líder forte que caracteriza um ganhador no jogo político), ao lado dos poderes hegemônicos se a discrepância do poderio for maior e não houver alternativas. Por último, o próprio hegemônio pode se engajar ativamente na criação de instituições regionais. Se o hegemônio for poderoso o suficiente para garantir a ordem de sua preferência com pouca cooperação de outros países, não terá muitos incentivos para incorrer em um regionalismo institucional potencialmente limitante. Em contraste, um declínio de recursos pode levá-lo a buscar a cooperação mais ativamente.

O segundo grupo é o do Liberalismo: interdependência e a Globalização. Hurrell (1995) entende que a globalização pode agir a favor ou contra o regionalismo. Ela pode ser prejudicial a ele de três formas: (1) a emergência de novas questões de escala global e a maior interdependência econômica levam a uma demanda por respostas menos paroquiais e mais globais; (2) há fluxos e interdependência entre certos atores e em torno de instituições (OCDE, Bretton Woods, OTAN, entre outros) que criam mais uma identidade Ocidental do que regional; (3) a globalização econômica interage de forma complexa com a integração econômica nas regiões (Mesquita, 2019 *apud* Hurrell, 1995).

Em contraste, a globalização pode fomentar o regionalismo das seguintes maneiras: (1) as novas e complexas questões geradas pela globalização exigem respostas coordenadas que

são mais viáveis de serem articuladas no nível regional do que global; (2) o maior número de valores compartilhados bem como de interesses convergentes numa região torna a aceitação de compromissos e regulações mais aceitável; (3) se por um lado há problemas de escala mundial (e.g.: aquecimento global), há outros que são considerados globais mas cuja gestão e efeitos são na verdade mais regionais (e.g.: fluxos de imigração); (4) a região pode ser o nível mais viável de reconciliar as pressões em direção à globalização e integração com as tendências à fragmentação, ao dar aos Estados um nível de ação em que é possível assegurar controle face às forças do mercado; (5) e, se, por um lado, a pressão em nível sistêmico por eficiência produtiva e adequação às políticas liberais de mercado impactam na ação global e regional, por outro lado, elas também criam o incentivo para a formação de blocos que possam assegurar maior poder de barganha (Mesquita, 2019).

2.1.2 Teorias de nível regional

Diferente das teorias sistêmicas que emprestam as teorias clássicas das Relações Internacionais para sua interpretação, a teorias de nível regional encara Neofuncionalismo e o Intergovernamentalismo como as grandes correntes da integração e considera o construtivismo uma das grandes teorias das relações Internacionais cuja aplicação ao regionalismo define que o Estado junto das suas interações estabeleça os resultados regionais. Este por último dá o processo de integração em três etapas (Mesquita, 2019 *apud* Caporaso, 1998; Schimmelfennig, 2018; Hurrell, 1995).

O modelo neofuncionalista estipula que a integração é produzida por um movimento de demanda e oferta, em que há dois agentes centrais: a sociedade transnacional e as organizações supranacionais. As demandas sociais por maior integração – por exemplo, a fim de reduzir custos de produção – são um ponto de partida para o processo. Ele deverá ser canalizado por um processo político que leve ao output desejado. As organizações supranacionais abrigam os especialistas e tecnocratas que levam a cabo a busca desses objetivos. Assim, há uma interação constante entre a sociedade transnacional, que envia demandas, e os peritos dos órgãos supranacionais, que provêm os elementos de liderança e estruturação que tornam viável o processo político (Mesquita, 2019 *apud* Caporaso, 1998).

Em segundo, há o intergovernamentalismo. Enquanto o neofuncionalismo dá maior ênfase aos atores sociais e suas demandas, estilizando assim a integração regional como um processo face ao qual os governos pouco podem fazer para resistir, o intergovernamentalismo atribui muito mais agência aos Estados como condutores do fenômeno [...]. O

intergovernamentalismo liberal (IL), por sua vez, foi primeiro formulado por Andrew Moravcsik em artigo de 1993 e seria desenvolvido de forma mais completa em seu *The Choice for Europe* (1998). Aqui novamente o principal agente da trama é o Estado soberano, porém sua interação é tratada principalmente como um dilema de ação coletiva para a maximização dos benefícios. Em vez de ser uma teoria monolítica, o (IL) pode ser entendido como uma síntese teórica, já que destrincha o processo de integração em três etapas, cada qual analisada por lentes teóricas próprias (Mesquita, 2019).

A primeira fase da integração é a da definição das preferências dos Estados. Diferentemente da prioridade perene da sobrevivência e defesa estipulada pelo realismo, o IL considera os interesses do Estado como variáveis ao longo do tempo e dos casos.

Na segunda fase, os Estados entrarão em barganha uns com os outros sobre questões substantivas. Os fatores que mais importam na negociação entre as partes são o grau de poder relativo dos atores e seu nível de informação sobre preferências.

Na terceira e última fase, os Estados devem decidir sobre a criação de instituições. O IL vê instituições segundo a perspectiva institucionalista neoliberal, ou seja, como artefatos criados pelos Estados para assegurar o cumprimento dos pontos acordados, diante da incerteza futura.

2.1.3 Teorias de nível doméstico

Hurrell (1995), na abordagem desta teoria destaca três formas em que é possível conectar fatores domésticos aos processos de regionalismo: (a) coerência estatal, (b) tipo de regime e democratização, (c) convergência.

Sobre a coerência Estatal, Hurrell (1995, p. 67) define, a força estatal não é o antônimo da cooperação, já que os Estados permanecem sendo a espinha dorsal da região enquanto se erigem os arranjos supranacionais ou intergovernamentais (Mesquita, 1995), nesta neste pensamento ele colabora com a teoria do intergovernamentalismo, em que, os Estados são fatores essenciais para um sucesso do regionalismo, dando exemplos da União Europeia UE e o MERCOSUL na América Latina. Destacando que nas regiões onde a capacidade estatal é mais débil o regionalismo torna-se um fracasso.

Em segundo, o tipo de regime de cada Estado interage de formas complexas com os esforços de regionalismo. Mesquita (2019) no seu artigo evidenciou que em regiões em que países optam por uma teoria de paz e democracia tendem a ter mais sucesso. O caso sul-americano ilustra essa ótica. De acordo com Medeiros (2000), a situação da integração regional

na América do Sul até os anos 1980 estava estagnada em função dos regimes militares e autoritários, todos geralmente alinhados com a política de Washington, ainda presos ao modelo soberanista de substituição de importações, e seu caráter autoritário tornava as relações tensas de forma geral. Externamente, com o fim da Guerra Fria e da ordem bipolar há o surgimento de novos polos de poder que dão mais opções estratégicas à América do Sul. Internamente, a volta do sistema democrático restaura a possibilidade de confiança e diálogo horizontal na região (Mesquita, 2019).

Por fim, há a convergência. Entende-se a cooperação regional, especialmente econômica, em termos de convergência das preferências políticas das sociedades domésticas, que haja um consenso em termos de utilidade de políticas na região. A “convergência transnacional de valores domésticos” de que fala o autor pode se dar em duas áreas em especial: cultural (disseminação de valores) e política (disseminação de instituições). A convergência pode ser fruto da maior interdependência, mas também pode resultar de um aprendizado e cópia deliberados. Seu efeito é uma redução da heterogeneidade entre atores. Assim, ela também tem o potencial de provocar mudanças não só no comportamento, mas também na identidade, já que atores com interação crescente poderão se identificar um com o outro cada vez mais, assim levando a uma erosão da fronteira entre “eles” e “nós” (Mesquita, 2019)

Principais teorias de integração regional são: Federalismo, Funcionalismo, Neofuncionalismo, neoinstitucionalismo e intergovernamentalismo. “O Federalismo explica a integração regional pela criação de instituições para as quais os Estados transferem a sua soberania de forma voluntária. O processo federal é sustentado pela força exercida por uma elite política, que é muitas vezes conduzida por uma personalidade de relevo dos Estados que promovem a integração, como parece estar a acontecer na União Europeia; e o processo será tanto mais rápido quanto maior for a pressão de uma ameaça externa, quer seja de natureza militar, quer implique com a prosperidade ou com os valores partilhados em comum (Messias, 2004)”. Portanto nesta teoria a criação de instituições internacionais são fundamentais, pois elas servem como órgãos reguladores e que deu passo a abertura ao livre comércio, porém segundo Messias (2004 *apud* Gilpin, 2001) a experiência europeia, não há exemplos que provem a sua eficácia, como aliás assinala Gilpin (2001) ao referir que “historicamente, a integração política de entidades politicamente independentes resultou de conquista militar ou de união dinástica e nenhum destes métodos conduz necessariamente à criação de uma economia integrada”. O mesmo autor reforça aquela ideia ao afirmar que a teoria federalista não tem um impacto decisivo em matéria de integração, uma vez que são “reduzidos os casos de sucesso”. Para o autor o federalismo não teve um sucesso relativamente na Europa em

relação aos Estados Unidos, devido à forte tradição democrática dos EUA e a sua participação ativa na vida associativa, diferente da Europa, que não têm esses costumes e os seus Estados procuram ganhos individuais no sistema internacional.

O Funcionalismo considera por sua vez que, a forma mais segura de alcançar a integração e a paz é a cooperação ao nível de certas tarefas funcionais tanto nos aspetos económicos como nas áreas técnicas, como por exemplo na saúde, educação, comunicação entre outros, ao em vez de criar estruturas institucionais no plano político cria-se estruturas funcionais, neste caso, as instituições funcionais estariam mais habilitadas do que o Estado para levar a cabo determinadas tarefas.

Neofuncionalismo teoria oriunda do funcionalismo da pré-segunda guerra mundial tendo surgido como resposta à incapacidade da Liga das Nações de manter a paz depois da Primeira Guerra Mundial. De tal incapacidade nasceu a consciência de que para alcançar a paz era necessário algo mais do que o federalismo voluntário (Messias, 2004). o neofuncionalismo traduz-se no esforço mais relevante da ciência política para explicar a integração política e integração política europeia em particular (Messias, 2004 *apud* Haas, 1958). portanto, para esta teoria a economia, a tecnologia, entre outros, foram fundamentais para alcançar a cooperação, conduzindo os Estados à integração económica e política.

“Assim, enquanto Mitrany (funcionalista), realçou as acções deliberadas dos líderes nacionais para criar instituições internacionais, Haas (neofuncionalista) centrou-se nos grupos de interesses domésticos e partidos políticos para explicar a integração” (Messias, 2004, p. 23).

Os neoinstitucionalistas enfatizam a necessidade de criar instituições internacionais para resolver as falhas do mercado, os problemas económicos e também os problemas que decorrem da integração económica e política, um dos principais defensores do neoinstitucionalismo é Robert Keohane, para os neoinstitucionalistas as instituições internacionais promovem a cooperação e criam os incentivos para que os Estados solucionem as suas disputas, nesta teoria as instituições são vistas como regras organizadas, códigos de conduta e estruturas que proporcionam ganhos significativos ao resolverem os problemas coletivos.

A teoria intergovernamentalista enfatiza a importância do Estado na tomada de decisões no sistema internacional, para os intergovernamentalistas como Gilpin (2001) é de opinião de que se trata da mais significativa abordagem da ciência política relativamente à integração económica e política e acrescenta que a referida teoria realça os interesses económicos como principal força condutora da integração regional, a qual, ao evidenciar a importância das instituições regionais atribui um papel central aos governos nacionais. Maravcsik (1998) olha a União Europeia como um regime intergovernamental planeado para gerir a interdependência

económica, através da coordenação política negociada. Coleman (1998), destaca a importância do intergovernamentalismo por privilegiar os Estados como guardião contra a legislação supranacional (Maravsik; Coleman, 1998 *apud* Messias, 2004).

“O governamentalismo, ao deslocar a ênfase ao nível da União para uma outra que inclui também os governos nacionais, está a reforçar 26 os mecanismos através dos quais os Estados membros - como unidades centrais da União - desempenham um papel importante na tomada de decisão e no processo político nas instituições centrais (Fernandes, 1995 *apud* Messias, 2004).

Quadro 1 - As principais teorias e características explicativas da integração regional

TEORIAS	CARATEÍSTICAS
Federalismo 1940-1950	Os Estados transferem de forma voluntária sua soberania as instituições internacionais; Força exercida por uma elite política.
Funcionalismo 1950-1960	Elites socioeconómicas promovem a integração regional; A formação política é resultado natural de uma cooperação técnica; Os Estados procuram criar Instituições intergovernamentais para poderem sobrepor a sua soberania.
Neofuncionalismo 1960-1970	A soberania é diminuída através da criação de uma soberania de nível superior; A lealdade às organizações supranacionais promove a integração; A divisão política precisa ser articulada com a cooperação técnica da criação de instituições centrais.
Neoinstitucionalismo 1980-1990	as instituições são vistas como regras organizadas, códigos de conduta e estruturas que proporcionam ganhos significativos ao resolverem os problemas coletivos.
Intergovenamentalismo 1980-1990	Os interesses económicos são as principais forças para a integração; o papel central da formulação da política externa é do Estado.

Fonte: elaborado pelo autor.

Portanto, como foi citado acima as características de determinadas teorias podemos considerar que a teoria adequada aos impactos da integração económica da União Africana é a teoria Neo-institucionalista. Os neoinstitucionalistas enfatizam a necessidade de criar instituições internacionais para resolver as falhas do mercado, os problemas económicos e os problemas que decorrem da integração económica e política, segundo a União Africana a UA tem como objetivo alcançar maior unidade e solidariedade entre os países africanos e seus

povos, acelerar a integração política e socioeconómica do continente, Promover os princípios e instituições democráticas, a participação popular e a boa governação (Africa Union, 2025).

2.2 INTEGRAÇÃO REGIONAL EM ÁFRICA: FUNDAMENTAÇÃO DA TEORIA DE INTEGRAÇÃO

O processo de integração regional em África tem uma enorme complexidade, desde o Panafricanismo à criação da UA (União Africana) em 2002. Nesta época XIX o conceito de integração em África estava passando por uma fase de construção e formulação de identidade.

Primeiro é a compreensão do panafricanismo que surgiu como uma frente para a contribuição da unidade entre os Estados por via da política ou cooperação (Salvador, 2013). O panafricanismo se desenvolveu nos finais do século XIX, com o objetivo de combater a subjugação política do povo negro e a escravidão no continente africano dividida por duas frentes, Por um lado, o panafricanismo continental defendida por personalidades como Julius Nyerere e Kwame Nkrumah, entre outros, que contribuiu para a unidade entre os povos e o combate a escravidão, por outro lado a diáspora panafricanista que por sua vez fez o seu papel fora do continente africano, retendo o âmago original do panafricanismo ligado a solidariedade entre os negros (Salvador, 2012; 2013). É inegável que o movimento diaspórico panafricanista exerceu um papel importante naquilo que é a libertação da consciência negra fora do continente, figuras como Marcus Garvey, W.E.B Du Bois e Angela Davis foram importantes na consolidação deste movimento no século XX.

Com o fim da segunda guerra mundial em 1945, o continente africano viu-se mergulhado numa onda de acontecimentos que o levaram a antecipar as independências dos seus territórios, por consequência da criação dos movimentos de libertação nacional, começando pelo Gana em 1967, tornando-se como o primeiro país a se tornar independente e posteriormente em 1964, 17 países africanos já havia se tornado independentes. Em 1975 países como Angola, Moçambique seguiram a lista e foi percorrendo até 1990 com a independência da Namíbia após uma guerra de libertação frente à dominação Sul Africana “guerra do Kuata kuata, Kuito Kwanaval em 1990” (AfricaUnion.com). Na mesma época o Mali, Gana e Guiné formaram uma aliança que durou tão pouco, uma aliança que foi construída por visões marxistas, e foi liderado por nacionalistas como Kwame Nkrumah do Gana Sekou Touré da Guiné, no início era denominada como União da Libéria, inicialmente com a bandeira do Gana, porém com duas estrelas negras, posteriormente com a adesão do Mali em 1961 passou a ter três estrelas. O fim da união entre os países ocorreu em 1962, quando a Guiné começou a

receber apoios dos Estados Unidos, sem o conhecimento dos seus parceiros, por consequência desta foi a criação da OUA (União dos Estados Africanos, 2001).

Em maio de 1963 foi criada a OUA conhecida como Organização da Unidade Africana, com intuito de resolver e dar soluções aos problemas em comum. 32 chefes de Estados Independentes se reuniram em Adis-Abeba (Etiópia) para assinar a carta que criava a primeira instituição continental pós-independência de África (site. African Union), a organização teve como principais objetivos a unificação dos povos, luta pela independência dos países sob dominação do ocidente visando a igualdade, liberdade, justiça e promovendo a cooperação entre os povos (Valente, 2021). para que a organização tivesse sucesso os Estados membros tinham que agir de forma coletiva, porém a situação geopolítica e a multiplicidade de cultura fizeram com que esse objetivo não se concretiza-se, criando assim, as organizações sub-regionais no continente. Em junho de 2002 a OUA (Organização da Unidade Africana) passa a ser chamada de UA (União Africana), criada em Durban, África do Sul, composta por 55 países membros correspondendo a todos países do continente africano, guiada pela visão de “uma África integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena global (site. African Union). A integração regional em África tornou-se num debate importante no cenário continental, mantendo as organizações sub-regionais formadas em blocos para maior controle dos territórios.

A UA teve os como principais objetivos alcançar a maior unidade e solidariedade entre os países africanos e seus povos; acelerar a integração política e socioeconômica no continente: promover a paz, estabilidade e segurança no continente; defender a soberania, integridade territorial e a independência dos Estados-membros, entre outros (Site.AfricaUnion,int). para os líderes africanos a União africana não precisava mais de lutar pelas independências e pelo apartheid na África do sul, dos seus territórios, sofrendo uma mudança, visando para uma maior cooperação entre os povos.

As organizações sub-regionais em África têm um papel importante na política interna do continente, elas facilitam as relações entre os estados e focam em problemas mais específicos como conflito, economia entre outros. “As várias organizações sub-regionais, preocupam-se com as questões específicas de cada região em concreto do continente (Valente, 2021). Desafio da Integração Regional na União Africana. 2021)”. No seu todo existem nove instituições regionais dentro da UA, nomeadamente a Autoridade intergovernamental para o Desenvolvimento da África (IGAD), a Comunidade da África oriental (EAC), a União do Magrebe Árabe (UMA), a Comunidade Económica da África Ocidental (ECOWAS), Comunidade dos Estados Sahel-saariano (SEM-SAD), Comunidade Económica dos Estados da

África Central (ECCAS), Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e a Área Continental do Livre-comércio africana (AFCFTA), o último é a mais recente instituição, importante realçar que estas organizações não funcionam de forma independente, porém têm como foco a resolução dos problemas da sua região de forma singular e por meio da cooperação se auxiliam para atingirem os objetivos principais da organização continental (UA), assim como Kwame Nkrumah defendia, para Nkruman o conceito de regionalismo não devia se basear apenas em assuntos particulares, exaltando a unificação dos povos para que o continente cresça e de desfaça do ocidente.

2.3 PAPEL DA UNIÃO AFRICANA NA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA

O continente africano estava passando por um cenário drástico a colonização e a luta pelas independências no sul do continente, portanto a OUA viu a necessidade de reger a maneira como serão as relações comerciais entre os Estados, partindo da criação de grupos sub-regionais que por sua vez facilitarão as relações entre os Estados e seria os olhos da OUA, as várias organizações sub-regionais, preocupam-se com as questões específicas de cada região em concreto do continente (Valente, 2021)”. Portanto, pelo fato do continente ser vasto as organizações sub-regionais, têm uma função muito pertinente, que é a de focar-se nas questões internas de cada região, porém este foco não impossibilita as relações entre as organizações sub-regionais com a UA, pois essa foi a maneira adequada que a UA adotou para maior controle e surtir maior efeito das suas atividades em todo território do continente africano.

A Integração económica em África emergiu com o intuito de dar solução aos problemas internos na época, em 1980 a Organização da Unidade Africana adotou uma parceria com a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA). Fazendo parte de políticas e objetivos a conduzidos pela OUA, com objetivo de aumentar a cooperação comercial regional. O objetivo do plano era o de reproduzir em outras regiões a experiência da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS/CEDEAO), criada pelo Tratado de Lagos, em 1975, com 15 países membros e sede naquela cidade, depois transferida para Abuja (Ferreira, 2024). A reprodução desse modelo seria um dos caminhos para integração económicos, porém viera a apresentar certas limitações, em 1981 foram criadas apenas:

1. A Área de Comércio Preferencial da África Austral e Oriental (PTA), com 18 membros.
2. o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA);

3. A Comunidade Econômica da África Central, mas sem efetividade alguma até 1998. A Comunidade Econômica da África Oriental, criada em 1967.

Portanto é a partir de 1967 que o continente africano sofreu uma mudança considerável. Segundo Assis (2022) “após os processos de independência, que solucionavam parcialmente as questões políticas, os problemas econômicos da região ganharam centralidade (Ndlovu-Gatsheni [s. d.] *apud* Murithi, 2014; Adi, 2018)”. No entanto, é importante notar que os principais objetivos dos Estados da região eram promover a solidariedade e a cooperação entre os africanos, e não efetivamente ser uma união econômica ou política, como o projeto europeu. Por isso, na primeira configuração de integração africana, a OUA não tinha exército próprio e nem um plano de integração econômica continental (Edo; Olanrewaju, 2015)”. Porém anos seguintes com a configuração da Organização da Unidade Africana para a União Africana houve uma ressignificação dos interesses da integração econômica em África.

Nas décadas de 1960 a 1970 os países em desenvolvimento, de forma geral, e os africanos, foram duramente afetados pela baixa dos preços dos produtos primários e pelo aumento dos serviços da dívida externa, resultando na crescente deterioração dos termos de troca e na inversão do fluxo de capital líquido, de países mais pobres para os mais ricos (Assis *apud* Comissão Sul, 1990). O fator baixas de preços nessa década, tornou os países em desenvolvimento fracos, principalmente os países africanos que na sua maioria estavam em uma situação pós-colonial e de guerra civil (Angola, Zimbabwé, Moçambique, Namíbia, entre outros).

Portanto, a partir de 1980, foram apresentadas novas propostas de desenvolvimento na tentativa de promover a inserção no continente um sistema econômico mais liberal idêntica ao sistema europeu, destacam-se o Plano de Ação de Lagos (PAL), de 1980, que objetivou criar um mercado pan-africano com papel preponderante dos Estado-nacionais na condução da economia; e o Programa Prioritário para Recuperação Econômica de África (PPREA), de 1985, de base mais liberal, que priorizou a atração de investimentos estrangeiros diretos (IEDs), (Assis, 2022).

Ao mesmo tempo, entre os anos 1980 e 1990, programas de ajuste estrutural vinculados ao Fundo Monetário Internacional (FMI) impunham condicionalidades macroeconômicas. Propostas panafricanas foram retomadas no final da década de 1990, em meio à onda de democratização daquele período, mediante a adoção de uma série de instrumentos jurídico-legais para acelerar a integração continental, entre os quais se destaca o Tratado de Abuja, de 1991, que estabelece a Comunidade Econômica Africana, sob os pilares das CERs (Assis *apud* Gonçalves, 2014).

Portanto, estes programas de ajustes e remodelação do plano económico do continente africanos apresentou diversos desafios estruturais, enxergava-se de um lado o grupo de países no Sul que estavam com instabilidade política e muitos em guerra civil, dificultando o comércio e a conectividade entre as nações, por outro lado Diferenças políticas e econômicas entre os países dificultaram a criação de um mercado comum eficiente.

Em 2002 a União Africana (UA) sucessora da Organização de Unidade Africana “que tinha como foco a luta pela independência dos países africanos e pela unidade africana, livre do domínio colonial e no controle do seu próprio destino” foi oficialmente lançada. A decisão de relançar a organização panafricana da África foi resultado de um consenso entre os líderes africanos de que, para concretizar o potencial africano, era necessário redirecionar a atenção da luta pela descolonização e pela libertação do continente do apartheid, que havia sido o foco da OUA, para o aumento da cooperação e integração dos Estados africanos, a fim de impulsionar o crescimento e o desenvolvimento económico da África (AfricaUnion, 2025). A mudança para a UA é encarada como a solução dos problemas do continente, exclusivamente para área económica. Com a estabilidade política e económica de alguns países, a UA revolucionária a economia e o comércio entre os grupos sub-regionais (CRS) já existente, como: União de Magrebe Árabe (UMA), Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA), Comunidade Dos Estados Do Sahel-Saara (CEM-SAD), Comunidade Da África Oriental (EAC), Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADEC). O objetivo das CERs é facilitar a integração económica regional entre os membros de cada região e por meio da Comunidade Económica Africana (CEA), estabelecida pelo Tratado de Abuja (1991). Este Tratado, em vigor desde 1994, visa, em última instância, criar um Mercado Comum Africano utilizando as CERs como alicerces (African Union, 2025).

O Mercado comum africano Oriental e austral remonta a meados da década de 1960 a ideia da cooperação nessa época, segundo a União africana devido ao clima político que era então de solidariedade panafricana e autossuficiência coletiva nascida de um destino compartilhado. Porém, em 1978, em uma reunião dos Ministros do Comércio, Finanças e Planejamento em Lusaka, foi recomendada a criação de uma comunidade económica sub-regional, começando com uma área de comércio preferencial sub-regional que seria gradualmente elevada ao longo de um período de dez anos a um mercado comum até que a comunidade fosse estabelecida (comesa.int., 2025). o Tratado (APUC) que institui o Mercado Comum para a África Oriental e Austral, COMESA, foi assinado em 5 de novembro de 1993

em Kampala, Uganda, e ratificado um ano depois em Lilongwe, Malawi, em 8 de dezembro de 1994. Para além da COMESA o continente também outros blocos importantes como a Zona Livre de comércio - que abrange a maior parte da África, todos os países africanos, exceto a Eritreia; ZTLC, também chamada de Zona Tripartita de Livre Comércio, Zona Tripartite de Livre Comércio ou até Área de Comércio Livre Tripartida, é uma zona de livre comércio africana que visa a implantação de um mercado comum, estende-se de norte a sul da África, indo do Egito a África do Sul. A relação entre a UA e as CERs é regulamentada pelo Tratado de Abuja e pelo Ato Constitutivo da UA, e orientada pelo Protocolo de 2008 sobre as Relações entre as CERs e a UA; e pelo Memorando de Entendimento (MdE) sobre Cooperação na Área de Paz e Segurança entre a UA, as CERs e os Mecanismos de Coordenação das Brigadas Regionais de Alerta da África Oriental e Setentrional.

Em 1988, no 25º aniversário da OUA, os Estados africanos reafirmaram a determinação de acelerar a realização da criação do projeto CEA (Comunidade Económica Africana). durante a 28ª cimeira de 1991 foi aprovada a carta magna da integração económica africana, conhecida pelo tratado de abudja, com objetivo de criar uma comunidade económica continental, assenta nos seguintes objetivos:

1. Reforçar as comunidades económicas regionais e criar outras quando necessário (5 anos, isto é, até 1999).
2. Estabilizar as tarifas e outras barreiras ao comércio regional e reforçar a integração setorial, nomeadamente ao nível do comércio, agricultura, finanças, transporte e comunicações, indústrias e energia, bem como coordenar e harmonizar as atividades das comunidades regionais (8 anos, isto é, até 2007)
3. Estabelecer uma área de comércio livre e uniões aduaneiras em cada uma das comunidades regionais (10 anos, isto é, até 2017).
4. Coordenar e harmonizar o sistema tarifária e não tarifária entre as comunidades regionais, com vista ao estabelecimento de uma União Aduaneira continental (2 anos, isto é, até 2019).
5. Estabelecer um Mercado comum africano e adoptar políticas comuns (4 anos, isto é, até 2023).
6. Integrar todos os setores, estabelecer um banco central e uma moeda única africana, edificando uma União económica e monetária africana, criando e elegendo o primeiro parlamento panafricano (5 anos, isto é, até 2028)

Portanto, A Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA), criou um projeto denominado agenda 2063, considerado então um marco para o desenvolvimento da África. A

AfCFTA foi aprovada pela 18ª Sessão Ordinária da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Adis Abeba, Etiópia, em janeiro de 2012 (Agenda 2063, 2015) que adotou a decisão de estabelecer uma Área de Livre Comércio Continental Africana e o Plano de Ação para Impulsionar o Comércio Intra-Africano como iniciativas-chave cuja implementação promoveria o desenvolvimento do crescimento socioeconômico. A AfCFTA visa acelerar o comércio intera-fricano e impulsionar a posição comercial da África no mercado global, fortalecendo a voz comum e o espaço político da África nas negociações comerciais globais. Segundo o projeto da Agenda 2063 da UA, estão assentes nos seguintes objetivos que revolucionariam os objetivos estipulados nos anos anteriores:

1. Criar um mercado único de bens e serviços, facilitado pelo movimento de pessoas, a fim de aprofundar a integração econômica do continente africano e em conformidade com a visão panafricana de uma África integrada, próspera e pacífica, consagrada na Agenda 2063.
2. Criar um mercado liberalizado de bens e serviços por meio de sucessivas rodadas de negociações.
3. Contribuir para o movimento de capitais e pessoas físicas e facilitar investimentos com base nas iniciativas e desenvolvimentos dos Estados-partes e CERs.
4. Lançar as bases para o estabelecimento de uma união aduaneira continental em uma etapa posterior.
5. Promover e alcançar o desenvolvimento socioeconômico sustentável e inclusivo, a igualdade de gênero e a transformação estrutural dos Estados-partes.
6. Aumentar a competitividade das economias dos Estados-membros dentro do continente e do mercado global.
7. Promover o desenvolvimento industrial por meio da diversificação e do desenvolvimento da cadeia de valor regional, do desenvolvimento agrícola e da segurança alimentar.
8. Resolver os desafios de múltiplas e sobrepostas afiliações e agilizar os processos de integração regional e continental.

Contudo, a União Africana tem um papel preponderante na construção da integração nacional em África, embora, baseada na integração ocidental, os seus objetivos são diferentes devido o contexto histórico da região. Em alguns casos a sua atuação tem surtido resultados positivos.

2.4 ANGOLA: HISTÓRIA ECONÓMICA E CENÁRIO ATUAL

A história económica é caracterizada por diversas transformações, desde o período colonial, quando Portugal intensificou a extração dos recursos naturais para abastecer a sua metrópole, isso até 1975 e consequências drásticas que a guerra civil trouxe, experimentando diversas formas de desenvolvimento interno. A economia de Angola foi caracterizada por uma economia de produção de serviços, considerando o trabalho como o pilar do sistema de exploração colonial. A economia baseada na exploração tropical (exploração de café, milho, sisal, algodão e olho de palma) e exploração extrativa (diamantes e petróleo bruto). Portanto, Angola só podia produzir o que a metrópole não tinha condições de produzir, marcando assim a forte presença de dependência financeira de Angola com Portugal.

Esta fase foi caracterizada por um sistema fiscal favorável a Portugal baseada num duplo, segundo Lélis (2013, p. 20) “um indireto, que consistia em um sistema de impostos que forçava a obtenção de rendimentos monetários por meio da aplicação de leis fiscais por parte dos funcionários da administração; e outro direto, por meio do trabalho forçado sob variadas formas”, Portugal procurou com essas medidas implementar um modelo fiscal que permitisse desenvolver o próprio sistema, como apropriação de terras, recrutamento de forças de trabalho, imposição de cultura, entre outros (Lélis *apud* Rela, 1992, p. 27-28). Outra característica é o fator capital, na época era totalmente inicial, devido a fraca poupança interna e devido a verbas mínimas que a metrópole disponibilizava para Angola. Em termos produtivos pode-se a economia Angolana na era colonial estava baseada na economia agrícola e Industrial (produção do petróleo no norte do país e diamantes nas Províncias de Lunda Norte e Lunda Sul).

Portanto, após sua independência de Angola, adotou uma ideologia política socialista marxista, assumida pelo MPLA. O alinhamento a esta ideologia impediu que Angola enveredasse para o capitalismo e que tivesse uma relação próxima ao ocidente. Consequentemente houve uma dependência de capitais internacionais, provenientes de países capitalistas, pois se tornou num Estado dependente do petróleo e as empresas internacionais por intermédio de um acordo, exploravam tais recursos.

A nova elite angolana, com o desejo de reconstruir e desenvolver o país, estabeleceu negociações com capitais internacionais e deu origem ao enclave do petróleo, que, segundo Menezes (2000, p. 34), se constituiu na parte da economia explorada por grandes empresas estrangeiras, pagando tributos ao Estado pelo volume de petróleo extraído, e consequentemente, sendo responsável pela formação de mistos, de joint-ventures (Tavares, 2012, p. 27).

Portanto, essas elites emergentes buscaram reconstruir a economia de Angola estabelecendo uma relação ou parcerias estratégicas com empresas internacional, com o objetivo de desenvolver a economia do país após saídas de momentos de instabilidades interna. O joint-ventures no contexto petrolífero é destinado a parcerias entre empresas nacionais com empresas internacionais para explorar, produzir e comercializar petróleo e gás. Essas alianças permitem que empresas estrangeiras invistam no país, trazendo tecnologia e expertise, enquanto as empresas angolanas se beneficiam do capital e do acesso a mercados globais, como exemplo tem a empresa Azule Energy que tem parceria com as empresas nacionais BP Angola e a ENI Angola, marcando sua presença como a maior produtora independente de petróleo e Gás em Angola (bp.com, 2022).

Segundo Tavares (2012), países com pauta de exportação comoditizadas constituem economias fragilizadas devido a volatilidade do preço internacional das commodities, assim o país, ao depender de receitas tributárias proveniente da exploração dos recursos naturais, se constituía com uma economia fragilizada, em função das variações do petróleo no período de 1985-1986, o que levou o país ao endividamento externo. Portanto, esta situação levou a criação de alguns programas económicos que mitigassem os problemas económicos do país, como o Saneamento económico e financeiro (SEP), criado em 1988, apresentava em suas medidas, características típicas de mercado, exigindo ajustes cambiais, melhoria de eficiência, valorização do sistema de preço da concorrência, mas foi o Plano de Ação do Governo (PAG) criado em 1991, que se iniciaram efetivamente as transformações econômicas (Tavares, 2012, p. 27).

Portanto, com a assinatura de paz de 1991, a economia angolana adere definitivamente a economia de mercado, porém não se desassociou das consequências drásticas das transformações económicas ocorridas nos anos passados, criando elites económicas locais e um mercado paralelo. Portanto, foi marco importante, porém, após a eleições em 1992, Angola entrou em outro conflito civil que perdurou até 2002, com a assinatura do acordo de paz de 4 de abril 2002, em Luena, província do Moxico.

No período pós-guerra civil entre 2002 até 2017 Angola passou por diversas transformações significativas que impulsionaram a economia do país, apesar de se tornar um dependente do petróleo. Segundo Matos (2023) “Uma das principais características da economia angolana nesse período foi a forte dependência do setor petrolífero. O petróleo representou cerca de 95% das exportações do país e mais de 70% da receita do governo. Para o Diagnóstico Sistemático Nacional (DSN), esse alto grau de dependência do petróleo tornou a economia angolana vulnerável às flutuações do mercado internacional de petróleo, o que ficou

evidente durante a crise financeira global de 2008 e a queda dos preços do petróleo em 2014 (Matos *apud* Banco Mundial, 2018)”.

Portanto, Gonçalves (2010) destacou algumas características do cenário económico angolano, a dependência do petróleo e a ascensão de outras áreas de exploração do território: o petróleo manteve o carácter decisivo que adquiriu nos últimos anos da economia colonial. As receitas petrolíferas, sobretudo nos anos posteriores ao fim da guerra (2002), foram centrais até para uma maior integração nacional, exercendo força centrífuga por intermédio do financiamento orçamental, reparação de vias e extensão espacial do mercado interno; A receita petrolífera subiu proporcionalmente ao aumento da produção – da ordem média de 450 mil barris diários, na década de 1980, a 1,8 milhão, em 2009 – e à subida dos preços, principalmente entre 2004 e 2008; Nesse mesmo período, a produção diamantífera passou a ter melhor controle contratual e encaminha-se para os níveis de extração do fim da época colonial, na faixa dos 2 milhões de quilates anuais; Os setores não petrolíferos acusaram, no mesmo período, a maior progressão desde a independência. Todavia, trata-se apenas de melhoria percentual cujos pontos de partida – no sentido atribuído por William Easterly (2004) – estiveram perto de zero, ou seja, os desequilíbrios em relação à extração permaneceram acentuados, mantendo-se as insuficiências na manufatura em geral (inclusive de origem agrícola)”.

O relatório do Quadro de Parceria entre o Governo de Angola e o Sistema das Nações Unidas (2015) revela que o investimento nacional, aliado ao investimento direto estrangeiro, nomeadamente em infraestruturas, contribuíram decisivamente para o desempenho económico do país. Durante o período de maior crescimento, o investimento direto estrangeiro (IDE) desempenhou um papel relevante na atividade económica, sendo Angola o sétimo país (no contexto do Continente Africano) que mais recebeu projetos de investimento entre 2003 e 2011, concentrados principalmente no setor de petróleo e gás natural. No entanto, o investimento estrangeiro em Angola é fraco fora do setor de petróleo e gás (Matos, 2013, p. 31).

Em suma, as variações económicas internacional, bem como o aumento da inflação causada pela subida do preço do petróleo, tornaram esse debate muito difícil. A atuação de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, conhecidas coletivamente como as “Instituições do Bretton Woods”, bem como a proibição temporária da venda de dólares por parte dos Estados Unidos da América, causaram sérios desequilíbrios macroeconómicos no país. queda do petróleo considerado como o principal pilar da economia de Angola mergulhou o país numa profunda desaceleração, agravando anos depois com o surgimento da COVID-19.

3 CAPÍTULO II - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E SUA INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA ECONÓMICA NA REGIÃO

3.1 PROCESSO DE INSERÇÃO REGIONAL DE ANGOLA NO CENÁRIO DA UNIÃO AFRICANA

O processo de inserção de Angola no cenário regional foi de extrema importância, devido ao papel geoestratégico e geoeconómico do país, pela sua dimensão que se estende desde a parte sul até a parte ocidental do continente africano. Portanto, o fator que determinou a sua inserção foi o processo da guerra civil (1975-2002), conduzido maioritariamente pelo Movimento de Libertação de Angola (MPLA, 1956), União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA, 1966) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA, 1966), criados para lutarem contra o regime português e alcançarem a independência dos seus territórios, porém, apesar dos objetivos políticos comuns, os movimentos divergiam entre si.

A realidade da guerra no pós- independência foi marcada pela presença constante da guerra fria entre os Estados Unidos das Américas (EUA) e a União Soviética Socialista (URSS), influenciando o desacordo entre ambos. O MPLA era então apoiado pela URSS, Zâmbia e República do Congo. A FNLA, contou com o apoio dos EUA e o ex-Zaire, ao passo que, a UNITA teve apoio dos EUA e de Portugal (Guilherme, 2017). A falta de entendimento entre ambos após a Proclamação da Independência em 11 de novembro de 1975, motivou o confronto entre a UNITA liderada por Jonas Malheiro Savimbi e o MPLA liderado pelo António Agostinho Neto, confronto este que durou até 2002, não desmerecendo a participação da FNLA na guerra, porém com um impacto reduzido em relação aos outros. A independência proclamada pelo MPLA não foi reconhecida pelos EUA que continuou a apoiar a UNITA em oposição do Governo de Angola, um governo de transição após a independência.

Esta foi uma guerra que se prolongou até 1991, tendo marcado o contexto regional e internacional de Angola que mantinha relações diplomáticas com quase todos os países do mundo, sobretudo com os do Bloco Socialista (URSS, Cuba, Checoslováquia, Bulgária, Roménia etc.). Exceptuam-se aqui a África do Sul e os EUA, que apoiavam abertamente a UNITA, acrescido aos factos de os EUA não terem reconhecido o Governo da República de Angola e da África do Sul, que instituiu um regime de apartheid, ver Angola como uma ameaça aos seus objetivos expansionistas. O relacionamento de Angola com a RDC (ex-Zaire) era complexo, por um lado pelos antecedentes históricos arregimentados ao longo da luta de libertação (apoiava a FNLA), por outro lado, porque apoiava abertamente a UNITA (Guilherme, 2017).

A posição de Angola no cenário da guerra permitiu com que o país se adaptasse ao meio e por consequência disto, dando abertura a sua influência no cenário regional por alguns pontos específicos, primeiro é que a guerra se ultrapassou os limites fronteiriços, devido ao envolvimento direto da África do Sul, Zâmbia, RDC no seu conflito. Segundo, pela questão geopolítica, abrangendo quase toda África austral (dividida ideologicamente) e a África central. A integração de Angola nos movimentos dos Países da Linha da Frente (PLF), deu origem ao relacionamento do país com outros países na África Austral com objetivo de combater o apartheid e o colonialismo, se opondo a Constelação da África Austral (CONSAS), liderada pela África do Sul. este relacionamento perdurou até a criação da Conferência para a Cooperação de Desenvolvimento da África Austral (SADCC) em 1 de Abril de 1980 (Guilherme, 2017), com o objetivo de transformar a região numa visão económica. Portanto, para além do relacionamento político, essa relação ficou marcada pela intensidade na resolução dos conflitos dos países membros, chegando a se realizar a cimeira de Gbadolite para poder dar solução no conflito de Angola. portanto, é importante salientar que a política externa do governo Angola no cenário da guerra foi voltada para resolução do conflito e isolamento da UNITA no cenário regional. Tendo o acordo de Bicesse (1991), Acordo de Lusaka (1994) e por último o Memorando de Entendimento de Luena (2002). Os dois primeiros tiveram poucos impactos na resolução, pois os dois principais conflitantes não entraram em consenso, o último por sua vez, teve um grande impacto, pois, com a morte de Jonas Malheiro Savimbi assinala-se o fim da guerra civil em Angola, dando era a uma nova perspectiva de governação e de integração na região.

O alcance da paz em 2002, foi um marco importante para reorganização da posição de Angola no cenário regional, em termos macroeconómicos Angola procurou desenvolver políticas administrativas de reformas tributárias, segundo Miguel (2014, p. 116) “Angola traçou a Política de Reforma Tributária e das Finanças públicas tendo como objetivo criar um sistema tributário Justo, simples, eficiente e eficaz na arrecadação de receitas”, para ele a adoção destas medidas permitiria maior confiabilidade nas operadoras inter-regionais e os operadores extrarregionais, considerando que estes sistemas de reforma são instrumentos valiosos na cooperação económica dos países. Considerando Angola na sua perspectiva de um Poder e Expressão de Potencial e de capacidade no contexto da União Africana e SADC. No Contexto político militar, devido a guerra civil, Angola também a implementou as diretrizes para a Política Regional da água e Estratégia Regional. Também assinou um Memorando de Entendimento do Tratado de Okavango -Zambeze, com o Botswana, a Namíbia, a Zâmbia e o Zimbabwe. Angola é parte de uma iniciativa transfronteiriça com a República Democrática do

Congo e a República do Congo, e com a participação do Gabão, para a conservação da floresta do Maiombe, uma iniciativa financiada pela União Europeia (Miguel, 2014, p. 114). Afirmando assim a sua perspectiva de um potencial poder e de capacidade, tanto económica como militar na região.

3.2 ANGOLA: PRINCIPAIS RELAÇÕES A NÍVEL REGIONAL E MUNDIAL

Após a Proclamação da Independência em 1975 as relações de Angola com outros países eram influenciadas pelo conflito interno e pela guerra fria disputada pelos EUA e URSS, causando um desequilíbrio interno e nas suas relações com países próximos da região e não só. A guerra se prolongou por quase trinta anos após a independência de novembro de 1975 e tornou-se em um palco central de disputa regional e global no continente (Castelano, 2017), nesta vertente, durante e depois da Guerra fria e com a inserção das grandes potências no conflito interno, Angola viu-se obrigada a construir a sua política externa (guiadas pelo governo do MPLA) em torno dessas relações desenvolvidas durante a guerra.

Segundo Jovita (2017) “O uso estratégico das relações bilaterais de Angola amplia o status internacional do país e utiliza desse elemento para ampliar a sua inserção nas relações intrarregionais”, por outra, “a política externa angolana, não se confina a uma única região nem se restringe a uma única dimensão, visto que Angola contribui para construção da ordem regional africana e mundial pacífica e solidária fundada no Direito e nos princípios do multilateralismo, consciente do seu peso territorial, económico, cultural e de sua democracia” (Jovita *apud* José, 2011, p. 12). É nesta visão de projeção que Angola tem privilegiado a cooperação bilateral com as grandes potências e com os países emergentes do sul global, como por exemplo os EUA, Rússia, Portugal (Norte global), China, Brasil, Índia e os países pertencentes aos blocos regionais como a SADC e a CEEAC. Jovita considera a necessidade da construção de relações bilaterais da parte de Angola, para dar consistência na sua política tanto de sobrevivência, quanto de reinserção internacional angolana (Jovita, 2017, *apud* Pintinho *et al.*, 2016). nesta perspectiva a escolha minuciosa de parceiras estratégicos para Angola se tornaria o aspecto essencial para o desenvolvimento da política externa.

Em torno desses arranjos, verifica-se que apesar de comumente os discursos políticos e diplomáticos e a mídia em si, destacarem uma política externa angolana de maior inserção intrarregional em assuntos africanos, o fato é que, as relações bilaterais com maior peso político, económico e militar se dão no contexto extrarregional africano, isto é, com maior fluxo de cooperação aos BRICS e União Europeia do que a África propriamente dita (Jovita, 2017, p. 67).

Entende-se que as relações bilaterais aprimoradas por Angola são reflexas da construção de influência no sistema internacional, visto que o continente Africano estava vulnerável devido a transformação política. Ainda segundo Jovita (2017) *apud* Chicoti “A política de integração regional africana, durante seus anos de guerra entre 1975-2002, sempre isolou/excluiu Angola de diversas e importantes participações e arranjos político e domésticos do continente”, o autor enfatiza que qualquer decisão que envolva uma relação bilateral mais densa no contexto africano, para Angola será uma novidade, visto que, no passado essas relações eram marcadas por fortes dificuldades devido a guerra. Portanto, A necessidade pela diversificação de parceria no âmbito da política externa angolana, não se deu apenas como simples consequência do pós-Guerra Fria, mas sim, enquanto base de sobrevivência do Estado em si, ou seja, Angola tem buscado desde a sua independência privilegiar as parcerias bilaterais, podendo através delas conduzir uma política externa mais consistente com base na solidariedade, igualdade e compromisso (Jovita, 2017).

Condição essa que o final do conflito armado em 2002 favoreceu Angola no qual pôde formular uma política externa pragmática e seletiva, isto é, pragmática no intuito de cooperar com todos e seletiva podendo selecionar parceiros que pudessem corroborar os interesses nacionais alavancando as bases da reconstrução nacional no pós-conflito, combinado como suporte às aspirações regionais e extrarregionais de Angola no âmbito da política externa, o que segundo Jovita (2017) *Apud* Santos (2013) “não é e nunca foi fácil” (Jovita, 2017).

A nível regional Angola não deixou de parte o foco da sua política externa priorizando parcerias com países que compartilham dos mesmos ideias e compromisso, Jovita (2017) “podendo através delas conduzir uma política externa mais consistente com base na solidariedade, igualdade e compromisso”, um exemplo claro dessas relações é a cooperação mútua com a África do Sul, Namíbia, Zâmbia e República Democrática do Congo, compartilhando relações estratégicas nas áreas de comércio, segurança regional e desenvolvimento, combinado por um “tripé diplomático articulado” com base na diplomacia “securitária econômica e a diversificação seletiva e inclusiva de parcerias bilaterais” (Jovita, 2017, p. 68).

3.3 O PAPEL DA ZONA DE COMÉRCIO LIVRE CONTINENTAL AFRICANA (AfCFTA) PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O acordo de Livre Comércio do Continente Africano (AfCFTA), foi fundada em 2018 e entrou em vigor 1 de janeiro em 2021, assinado por 54 dos 55 países membros da União

Africana (exceptuando a Eritreia), com o objetivo geral de reduzir as tarifas comerciais e aumentar o comércio inter-regional. A União Africana é o Organismo principal do continente africano, guiada pela visão de “Uma África Inteira, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena global”, a Agenda 2063 é a manifestação concreta de como o continente africano pretende alcançar essa visão dentro de um período de 50 anos de 2013 a 2063 (African Union, 2025).

Segundo o artigo 3º do acordo de criação da Zona de comércio livre continental Africana (ZCLCA), os objetivos gerais desse acordo são:

(a) criar um mercado único de mercadorias e serviços, facilitado pela circulação de pessoas, a fim de aprofundar a integração económica do continente africano e de acordo com a Visão Pan-Africana de “uma África Pacífica, Próspera e Integrada” na Agenda 2063; (b) criar um mercado liberalizado de mercadorias e serviços, mediante sucessivas rondas de negociações, (c) contribuir para a circulação de capitais e de pessoas singulares, facilitando os investimentos com base nas iniciativas e desenvolvimentos nos Estados Partes e nas CER; (d) estabelecer as bases para a criação de uma união aduaneira continental numa fase posterior; (e) promover e alcançar um desenvolvimento socioeconómico sustentável e inclusivo, igualdade do género e a transformação estrutural dos Estados Partes; (f) reforçar a competitividade das economias dos Estados Partes no mercado continental e mundial; (g) promover o desenvolvimento industrial através da diversificação e o desenvolvimento das cadeias de valor regionais, o desenvolvimento da agricultura e a segurança alimentar; (h) resolver os desafios relacionados com a adesão múltipla e a sobreposição dos membros, bem como acelerar os processos de integração regional e continental (African Union, 2025).

No seu artigo 4º estabelece os seguintes objetivos específicos:

(a) eliminar progressivamente as barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio de mercadorias; (b) liberalizar progressivamente o comércio de serviços; (c) cooperar no âmbito do investimento, direitos de propriedade intelectual e política de concorrência; (d) cooperar em todos os domínios ligados ao comércio; (e) cooperar nos domínios aduaneiros e na implementação de medidas de facilitação do comércio; (f) estabelecer um mecanismo para a resolução de litígios relacionados com os seus direitos e obrigações; (g) estabelecer e manter um quadro institucional para a implementação e administração da ZCLCA.

Tendo em conta as aspirações da Agenda 2063 visando a criação de um mercado continental com a livre circulação de pessoas, capitais, mercadorias e serviços, cruciais para o aprofundamento da integração económica, a promoção do desenvolvimento agrícola, a segurança alimentar, a industrialização e as transformações económicas estruturais; em 2018

foi fundada a (AfCFTA), um projeto excelente da Agenda 2063, criado para poder transformar as economias africanas (African Union, 2025). trazendo como os principais objetivos:

- Criar um mercado único, aprofundando a integração econômica do continente com a visão de “Uma África integrada, próspera e pacífica” consagrada na Agenda 2063;
- estabelecer um mercado liberalizado por meio de várias rodadas de negociações;
- auxiliar na mobilidade de capitais e pessoas, facilitando o investimento;
- avançar para o estabelecimento de uma futura união aduaneira continental;
- alcançar o desenvolvimento socioeconômico sustentável e inclusivo, igualdade de gênero e transformações estruturais nos estados membros;
- aumentar a competitividade dos estados membros na África e no mercado global;
- incentivar o desenvolvimento industrial por meio da diversificação e do desenvolvimento da cadeia de valor regional, desenvolvimento agrícola e segurança alimentar.

Estes objetivos foram importantes para a eficácia da realização dos planos da União Africana para alcançar o desenvolvimento económico do continente africano, incentivando o comércio intrarregional e a posição comercial da África no mercado global (African Union, 2025).

A AfCTA tem se mostrado como um projeto capaz de solucionar os problemas do continente africano em termos de desenvolvimento económico, para isso é crucial a destacar alguns instrumentos operacionais acordados como forma de funcionamento interno; As concessões Tarifárias, foi acordado que deverá haver uma liberalização tarifária de 90%. Ao longo de um período de 10 anos, com uma transição de 5 anos, haverá uma liberalização adicional de 7% para “produtos sensíveis”. Esta liberalização será apoiada pelo portal online do Comércio de Bens da AfCFTA, onde os Estados-Membros publicarão as suas ofertas tarifárias que abrangem 90% das linhas tarifárias; As Regras de Origem: Um regimaduaneiras, s condições sob as quais um produto ou serviço pode ser comercializado sem impostos em toda a região (African Union, 2025); Estes instrumentos darão uma vantagem significativa nos países que assinaram o acordo, visando a redução das tarifas aduaneiras , facilitando o comércio Intra-africano, redução de pobreza extrema, portanto, vale destacar que não é um processo automática, é um processo contínuo.

Segundo Funk *et al.* (2024) os impactos macroeconómicos projetados da AfCFTA incluem ganhos reais de renda de 7% em 2035, aproximadamente US\$450 bilhões em medidas de preço de 2014. Ganhos reais de renda da liberalização tarifária constituem um montante pequeno, em torno de 0,2% em um nível continental, embora para algumas economias africanas

esse valor possa chegar a um pouco mais de 1%. Por sua vez, estima-se que os ganhos reais de renda mediante a liberalização de tarifas e diminuição de NTBs possa chegar a 2,4% em 2035. Entretanto, os maiores ganhos são decorrência da combinação da liberalização tarifária e redução de NTBs com a implementação de um acordo de facilitação de comércio (TFA), sendo possível os ganhos reais de renda de 7% em nível continental. Com a implementação da AfCFTA, haverá um prognóstico do total de exportações aumentar aproximadamente 29% até 2035, acima da trajetória de crescimento normal caso não houvesse a implementação da AfCFTA e seus efeitos sobre a economia africana. Nesse sentido, enquanto as exportações interafricanas tendem a incrementar 81%, espera-se que as exportações da África para o resto do mundo aumentem 19% (Funk *et al.*, 2024 *apud* Worldbank, 2020).

Em suma, com a AfCFTA estima-se que haja um crescimento do produto e da produtividade, em 2035 a produtividade da África será até US\$ 212 bilhões a mais do que se não houvesse a AfCFTA (Funk *et al.*, 2014). Esta perspectiva torna a AfCFTA num projeto importante para o continente africano, presume-se com base na modelagem que os ganhos absolutos em 2035 serão de US\$147 bilhões no setor de serviços, de US\$56 bilhões no setor industrial e de US\$17 bilhões no setor de recursos naturais. Por sua vez, espera-se que haja uma contração acumulada de US\$8 bilhões no produto agrícola no ano de 2035. Em relação à trajetória de crescimento sem a AfCFTA, o setor agrícola deve aumentar mais rapidamente em todas as regiões africanas, com exceção da África Setentrional, que apresentaria uma transição produtiva em direção aos setores de serviços e indústria (Funk *et al.* 2024 *apud* Worldbank, 2020).

4 CAPÍTULO III - IMPACTOS DA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA

4.1 IMPACTOS DA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA DA UA EM ANGOLA

Existe uma relação forte entre Angola e a União africana ao longo dos anos, a UA apresentava um cenário marcado pela manifestação de uma visão panafricana para uma África unida, livre e no controle de seu próprio destino (African Union, 2025). Angola fruto do seu processo histórico e militar a nível regional primou pela segurança regional fruto da cooperação que começou com a formação dos Países da Linha da Frente (ELF) que mais tarde se transformou na Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) atual SADC (Sacavinda, 2023). A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral é uma das oito CER (Comunidades Económicas Regionais) reconhecidas pela UA, ela é responsável pela organização e redução de dependência económica da África austral, servindo como uma representante da UA no sul do continente.

A guerra civil de Angola foi marcada por um forte envolvimento de vários atores regionais e internacionais que tinham interesses no país, como: África do Sul, Ex-Zaire atual RDC, Cuba, China e as superpotências da Guerra fria (Sacavinda, 2023 *apud* Castellano, 2015). O período mencionado foi importante para a adaptação e qualificação de Angola como uma futura potência no cenário internacional Africano, apesar de durante este período ter tido muitas relações comerciais, Angola priorizava questões as relações externa com países estratégicos para poder dar solução a sua questão interna (guerra). Seguindo a dinâmica do cenário no sistema internacional, Angola adotou um sistema democrático possibilitando a liberalização económica devido programas de ajustes estruturais implementadas após o fim dos conflitos e da guerra fria.

Segundo Castellano da Silva (2015), a partir de 1990 começaram as transições em Angola, a primeira mudança foi o abandono do modelo marxista-leninista, ou seja, o abandono do sistema de partido único, com a consolidação de uma reforma constitucional em maio de 1991 o congresso decretou o país como um Estado democrático e multipartidário. Essa reforma, por sua vez, abriu caminho para a realização das primeiras eleições democráticas e multipartidárias em setembro de 1992. Além disso, ainda no mesmo mês foi aprovada uma nova revisão da constituição da nação que estabelece mecanismos de descentralização governamental e de forma simultânea também foi alterado o nome do país de República Popular de Angola para República de Angola, quanto às mudanças económicas, o país em 1990 iniciou um processo de liberalização económica e abertura de mercado (José, 2011).

Estas mudanças foram necessárias para que Angola se alinhasse a nova era política do continente diferente do habitual, transformando a sua política interna numa democracia o que possibilitou a sua inserção nas políticas económicas futuras a nível regional. Portanto, essa relação pode gerar diversos impactos no desenvolvimento do país, no caso a União africana através da sua agenda 2063 estipulou algumas metas e prioridades que os países devem seguir para alcançar o desenvolvimento.

Segundo a União Africana a agenda 2063 busca concretizar sete aspirações, cada uma com seu próprio conjunto de metas que, se alcançadas, aproximarão a África de alcançar sua visão para o ano de 2063. Essas 7 Aspirações refletem nosso desejo por prosperidade e bem-estar compartilhados, por unidade e integração (Agenda 2063, 2025):

1. Aspiração 1: Uma África próspera baseada no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável.
2. Aspiração 2: Um continente integrado, politicamente unido e baseado nos ideais do panafricanismo e na visão do Renascimento de África.
3. Aspiração 3: Uma África de boa governação, democracia, respeito pelos direitos humanos, justiça e Estado de direito.
4. Aspiração 4: Uma África pacífica e segura
5. Aspiração 5: Uma África com uma forte identidade cultural, património comum, valores e ética partilhados
6. Aspiração 6: Uma África cujo desenvolvimento seja impulsionado pelas pessoas, contando com o potencial do povo africano, especialmente suas mulheres e jovens, e cuidando das crianças.
7. Aspiração 7: África como um ator e parceiro global forte, unido, resiliente e influente.

No âmbito destas propostas apresentadas pela União africana, Angola tem estado num processo interno de alinhamento de políticas para se enquadrar nos requisitos fundamentais desta agenda. Este processo é denominado por Plano de Desenvolvimento Nacional (PND), o plano inicia um novo ciclo da história e experiência do sistema de desenvolvimento de Angola (PND, 2012), destacando o PNB de 2013-17 e o PND de 2018-2022, englobando as estratégias nacionais de desenvolvimento de longo prazo “Angola 2025” (PND, 2012).

Quanto a aspiração 4 “Uma África Pacífica e Segura” Angola segundo o PND de 2013, no eixo 6.2 “Política de Modernização do Sistema De Segurança Nacional”, encara os objetivos estratégicos da política de Defesa Nacional como uma orientação natural para preservação da

União e coesão nacional (PNB, 2013), estes objetivos foram baseados em 6 prioridades políticas destacando as alíneas a,b,c,d.

- a) Rever a legislação fundamental sobre Defesa Nacional e Forças Armadas;
- b) Melhorar a qualidade e as capacidades técnica, operacional, logística e infraestrutural das Forças Armadas;
- c) Elevar a qualificação técnica e profissional dos recursos humanos das Forças Armadas e melhorar as suas condições de vida;
- d) Rever a legislação fundamental sobre Segurança e Ordem Interna.

O objetivo é criar políticas internas que possam elevar a capacidade técnica profissional dos efetivos das Forças Armadas e melhorar as suas condições de vida, como assistência médica entre outros... garantir a segurança interna e das suas fronteiras, bem como aprimorar as condições humanas e técnico-materiais que permitam garantir a integridade e controlo das fronteiras nacionais, sua inviolabilidade e segurança (PNB, 2013).

Já no eixo 6: Garantia da Estabilidade e Integridade Territorial de Angola e Reforço do seu papel no contexto Interacional e regional (PNB, 2018), para Angola ideia de umas Forças Armadas unicamente orientadas a um esforço beligerante está ultrapassada. Os povos aspiram à Paz e as Forças Armadas devem ser um instrumento que potencie essa aspiração (PNB, 2018), neste novo quadro as forças têm de ser capazes de responder os desafios emergentes, reajustando as suas forças Armadas para tal, sustentando assim um dos objetivos da UA de alcançar e preservar a paz, segurança a estabilidade do continente.

No programa 6.1.2: “Reforço das Capacidades Técnicos e Operacionais”, este programa foi pensado no contexto de que, assegurar uma adequada capacidade operacional das Forças Armadas é fundamental para que elas possam desempenhar as suas missões, por outro lado, para além do seu papel tradicional na defesa nacional, as Forças Armadas assumem hoje funções de projeção do país, nomeadamente, quando participam em missões de paz no exterior (PNB, 2018). Objetivo 4: “Dispor de prontidão de resposta para participar em missões internacionais de manutenção de paz no quadro das Organizações Sub-regionais, União Africana e Nações Unidas”. O PNB de 2018 foi pensada na projeção das forças Armadas angolanas para dar respostas a missões de paz no quadro sub-regionais e da União Africana, elaborando metas para dar resposta a UA, como a meta 4 que viabiliza a criação de um batalhão em prontidão para participar em missões internacional de manutenção de paz operacional até 2022, para alcançar isto, Angola priorizará a o Plano de reequipamento das FAA; implementar sistemas de controlo do espaço marítimo de Angola; Constituir e equipar um batalhão que tenha

prontidão de resposta para participar em missões internacionais de manutenção de paz no quadro das Organizações Sub-Regionais, UA e Nações Unidas.

Quanto a aspiração 1:” Uma África próspera baseada no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável”, a UA se apresenta determinada a erradicar a pobreza em geração e construir prosperidade compartilhada por meio da transformação social e económica (Agenda 2063), podendo alcançar assim um alto padrão de vida, qualidade e bem-estar para todos, boa educação entre outros.

Angola em 2013, considerou a criação de políticas nacional de desenvolvimento, considerando por sua vez, que a população e o homem não podem deixar de ser o ponto de convergência de todos os resultados, políticas e ações de promoção do desenvolvimento (PNB, 2013). Determinando políticas prioritária como a alínea a) Definir a Política de População, tendo em conta os resultados do Recenseamento Geral da População e da Habitação em 2014; (b) Implementar uma Política de Valorização e Apoio à Família, criando as condições económicas, sociais, culturais e políticas para que a família possa desempenhar a sua função nuclear na sociedade, como unidade social base, com respeito da sua identidade, unidade, autonomia e valores tradicionais; c) Aplicar uma Política de Igualdade de Género que promova, para homens e mulheres, iguais oportunidades, direitos e responsabilidades em todos os domínios da vida económica, política e social; e) Garantir a proteção integral dos direitos da criança tendo em vista o desfrute pleno, efectivo e permanente dos princípios reconhecidos na legislação nacional e nos tratados internacionais de que o País é signatário, constituindo uma efetiva Agenda para a Defesa dos Direitos da Criança. Já no PNB (2018), a realização do recenseamento geral da população e Habitação (Censo, 2014), permitiu que houvesse uma visão atualizada da estrutura populacional do país o que possibilitou a atualizar outras políticas públicas destinadas aos cidadãos. Neste eixo é apresentando também a estratégia de Longo Prazo (ELP) para Angola até 2025, que estabelece a necessidade de definir as políticas da população: visando: melhorar, de forma sustentada, as condições de vida da população, mediante a alteração das tendências demográficas e a intervenção activa da população no processo de desenvolvimento e de reconstrução do País (PNB,2018).

Embora a implementação das políticas de Angola seja ao longo prazo (ELP), o país através do seu PNB (2013) e PNB (2018), não procurou se desfazer dos planos e metas passadas, aproveitando a sua inserção na UA para poder se enquadrar as suas políticas internas. Os dois Planos Nacionais de Desenvolvimento (2013-2025), reforçam a importância da UA na política interna de Angola, destacando a sua relevância na mudança políticas do país para poder alcançar o desenvolvimento.

No caso da Aspiração 2: Um continente integrado, politicamente unido e baseado nos ideais do pan-africanismo e na visão do Renascimento de África, Angola no eixo 6.11 “Política de Reforço do Posicionamento de Angola no Contexto Internacional e Regional, em particular na União Africana e na SADC” e o eixo XXV “Política de Reforço do papel de Angola no contexto Internacional e Regional”, do PND de 2013 e 2018, dá resposta a UA demonstrando nos seus planos as estratégias de inserção de Angola no contexto internacional e regional, expressas nos seus objetivos da EPL: Respeitar e aplicar os princípios da carta da Organização das Nações Unidas e da Carta da União Africana e estabelecimento de relações de amizade e cooperação com todos os povos e Estados; Promover a integração regional com liderança: quer no quadro do estabelecimento do mercado comum regional, quer tomando iniciativas políticas para assegurar a segurança e a estabilidade política regional, ou afirmando-se como plataforma de articulação entre a SADC, a CEEAC e a região do Golfo da Guiné; Apoiar a inserção competitiva na economia global: diversificando relações bilaterais para ampliar acordos comerciais e cooperação científica e tecnológica com os países emergentes, participando nas negociações e acordos de cooperação Sul-Sul e das nações tropicais, entre outros (PNB, 2018).

Em suma, essas são as políticas de alinhamento implementadas seguindo a proposta pela União africana, a UA recomenda que cada Estado-membro as traduza em políticas nacionais, portanto, a UA reconhece que, para que todo o continente se desenvolva, a premissa da Agenda 2063 deve ser adotada a nível regional e nacional (Africa Union, 2025). No caso dos países membros da Instituição, particularmente Angola de forma parcial tem se alinhado às políticas de integração da União Africana através dos seus PND de 2018 a 2027, dando um impacto significativo de Angola no cenário regional, reforçando seu intensão de se projetar como uma potência militar e económica no continente. Por intermédio desta política integrativa, Angola assinou o Acordo de Comércio Livre Continental (AfCFTA) em 21 de março de 2018 e por meio da Carta nº 14/20, de 13 de outubro de 2020, o presidente de Angola ratificou o Acordo de 2018 que estabelece a Área de Livre Comércio Continental Africana (África Legal, 2020).

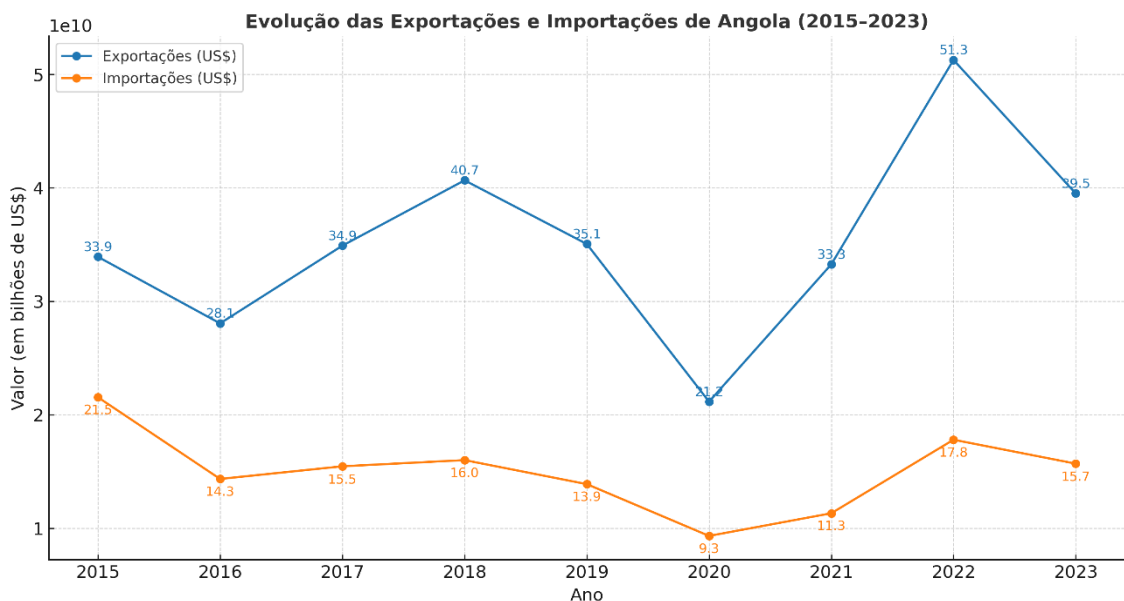
O AfCFTA visa principalmente criar um mercado único para bens e serviços, facilitado pela livre circulação de pessoas, a fim de aprofundar a integração económica do continente africano e, em particular, busca criar um mercado liberalizado para bens e serviços por meio de sucessivas rodadas de negociações, eliminando progressivamente as tarifas e as barreiras não tarifárias ao comércio de bens e serviços (África Legal, 2020).

4.2 ANÁLISE DOS EFEITOS DA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA DA UNIÃO AFRICANA: NO CASO DE ANGOLA

Angola tem um potencial económico significativo. O país é rico em recursos naturais, tem uma grande área arável não cultivada, beneficia de condições climáticas favoráveis durante quase todo o ano, adequadas a quase todos os tipos de culturas. Angola tem também um potencial de dividendo demográfico, uma vez que cerca da metade da população é jovem. Além disso, beneficia de uma localização geopolítica estratégica que pode facilitar a promoção da integração regional (WordBank, 2025), portanto, a integração económica promovida pela União Africana, através de iniciativas como a zona de comércio livre continental e a intensificação das áreas de livre-comércio regionais, apresenta para Angola uma oportunidade de aproveitar o seu potencial para diversificação da economia do país.

De acordo com a base de dados trendEconomy, base de dados sobre comércio internacional (Importações e Exportações), as exportações totais de Angola em 2023 foram avaliadas em US\$ 39 bilhões, apresentando uma diminuição de 22% do crescimento do valor das exportações em comparação com o ano anterior que havia atingido a marca dos US\$ 51 Bilhões. Em comparação as importações, em 2023 as importações totais de Angola foram de US\$ 15 Bilhões, uma baixa de 11% em comparação aos anos anteriores.

Abaixo consta a análise da evolução das exportações e importações de Angola no mundo, uma análise dos últimos anos, desde 2015 a 2023, essas informações foram adaptadas com base a fontes confiáveis da TrendEconomy :



Fonte: TrendEconomy (2024)

Com base a análise dos dados comerciais (importações e exportações) totais de Angola entre 2015-2023, nota-se que houve evidência de variações significativas tanto nas exportações quanto nas importações, refletindo a influência de fatores internos e externos, como a volatilidade do preço do petróleo, a pandemia da Covid-19 e o ritmo de recuperação económica global.

No período de 2015-2028, Angola apresentou uma tendência de crescimento económico moderado nas exportações, passando de US\$ 33,9 mil milhões em 2015 para US\$ 40,6 mil milhões em 2028, representando um aumento significativo. As importações também cresceram ligeiramente de US\$ 21,5 mil milhões para US\$ 16,0 mil milhões, embora em 2016 tivesse uma baixa -33,41% em relação ao ano anterior.

No período de 2018-2021, verifica-se uma redução acentuada nas exportações de US\$ 40,6 mil milhões para US\$ 33,2 mil milhões, representando uma queda significativa dos valores. As importações também diminuíram neste período de US\$ 16,0 mil milhões para US\$ 11,3 mil milhões, embora, tivesse uma oscilação entre 2018-2020, com uma queda para US\$ 9,3 mil milhões.

No período de 2021-2023, observa-se uma recuperação de posterior recuo, as exportações aumentaram de US\$ 33,2 mil milhões em 2021 para US\$ 51,2 mil milhões em 2022, porém, em 2023 as exportações apresentaram um baixa para US\$ 39,5 mil milhões, enquanto que, as importações cresceram bastante neste período, de US\$ 11,3 mil milhões em 2021 para US\$ 15,6 mil milhões em 2023, apesar de ter atingido um valor elevado em 2022 “US\$ 17,8 mil milhões” e posterior uma ligeira queda de -11,83% a importação mostrou um aumento significativo.

4.2.1 Principais parceiros comerciais de Angola

Os 5 principais parceiros comerciais de exportação de Angola em 2024, segundo a base de dados CONTRADE das Nações Unidas foram: China, Índia, Espanha, EUA, Indonésia. Os 5 principais parceiros comerciais de importação foram: China, Portugal, Reino Unido, Índia, Estados Unidos.

Tabela 1 - Principais parceiros comerciais de Angola (Exportações)

País (%)	2021	2022	2023	2024
China (42%)	20.1 Bilhões	21.9 bilhões	18.4 bilhões	16.24 Bilhões
Índia (11%)	3.01 bilhões	5.14 bilhões	2.346 Bilhões	4.36 Bilhões
Espanha (6.6%)	794 milhões	2.22 bilhões	2.97 bilhões	2.55 bilhões
EUA (4.2%)	463 Milhões	651 milhões	402 Milhões	1.64 Bilhões
Indonésia (4.0%)	444 Milhões	890 milhões	1.21 Bilhões	1.57 Bilhões

Fonte: adaptado de Trand Economics (2025).

A tabela 2 apresenta os principais parceiros comerciais de Angola de 2021 a 2024, com base a tabela observa-se que o principal destino das exportações de Angola ao longo de todo período foi a China representando 42% das exportações. Em 2021 as exportações para a China atingiram cerca de US\$ 20.1 Bilhões, crescendo para US\$ 21.9 Bilhões em 2022, teve uma queda em 2023 de US\$ 18.4 Bilhões e 16,24 Bilhões em 2024, embora apresente essas diminuições, a China continua liderando a lista como o país que mais importa os produtos angolanos. Em segundo está a Índia como maior parceiro comercial de Angola, tendo também oscilações durante estes anos. Em 2021 as exportações cresceram de US\$ 3.01 Bilhões para US\$ 5,14 Bilhões em 2022, porém recuaram em 2023 para US\$ 2,34 Bilhões, antes de voltarem a crescer para US\$ 4.36 bilhões em 2024.

Os outros países representam 40% das exportações de Angola, no caso a Espanha, os EUA, Indonésia, entre outros. Os três países juntos em 2021 somavam apenas US\$ 1.7 bilhão, subindo para US\$ 3.76 bilhões em 2022. Em 2023 os três países obtiveram um crescimento de US\$ 4.58 bilhões para US\$ 5,76 bilhões em 2024. Portanto, a soma das exportações destes três países não supera as exportações da China consolidando-o como o principal exportador de Angola.

Tabela 2 - Principais parceiros comerciais de Angola (Importações)

Países (%)	2021	2022	2023	2024
China (15%)	1.69 bilhões	2.86 bilhões	2.44 bilhões	2.05 bilhões
Portugal (9,6%)	1.36 bilhões	1.91 bilhões	1.71 bilhões	1.33 bilhões
Reino Unido (8,1%)	540 milhões	638 milhões	775 milhões	1.12 bilhões
Índia (6.1%)	746 milhões	1.08 bilhões	1.03 bilhões	854 milhões
EUA (6.1%)	523 milhões	842 milhões	890 milhões	852 milhões

Fonte: adaptado de Trand Economics (2025).

Observa-se que a China continua sendo o principal país de origem das importações total de Angola, representando 15% do total das importações nos últimos quatro anos. Em 2021, as importações provenientes da China totalizaram US\$ 1,69 bilhões subindo significativamente para US\$ 2,86 bilhões em 2022. Em 2023 verifica-se uma desaceleração para US\$ 2.44 bilhões e 2,05 bilhões em 2024. Portugal mantém-se como o segundo maior fornecedor de Angola, com participação de cerca de 9,6%. As importações cresceram de US\$ 1,36 bilhão em 2021 para US\$ 1,91 bilhão em 2022, seguindo-se uma diminuição gradual para US\$ 1,71 bilhão em 2023 e US\$ 1,33 bilhão em 2024.

O Reino Unido mostra tendência de crescimento ao decorrer dos anos, mantendo-se em terceiro lugar com 8.1% das importações de Angola, em seguida a Índia e os EUA ocupando o quarto e quinto lugar com 6.1% das importações totais de Angola.

Em suma, as principais relações comerciais de Angola foram com países de fora do continente africano. A África do Sul representa o Décimo Lugar nas importações de Angola e em Décimo primeiro lugar nas exportações, totalização cerca de US\$ 486 milhões em importações em 2024, marcando um crescimento em relação ao ano anterior que era de US\$ 485 milhões, as exportações também cresceram nesse período foram de US\$ 418 milhões em 2023 para US\$ 753 milhões em 2024 (TrandEconomics, 2024).

Os principais produtos importados foram: combustíveis minerais, óleos e produtos de destilação; máquinas, reatores nucleares e caldeiras; e artigos de ferro ou aço (TandEconomis,2024), abaixo a tabela ilustra o resumo dos principais produtos importados e exportados por Angola nos últimos anos:

Tabela 3 - Principais produtos de importações e exportações de Angola

Importações				
Produto	2021	2022	2023	2024
Combustíveis minerais, óleos e produtos de destilação	1.89 bilhões	3.98 bilhões	3.48 bilhões	2.86 bilhões
Máquinas, reatores nucleares e caldeiras	1.81 bilhões	2,37 bilhões	2.68 bilhões	2.58 bilhões
Ferro ou aço	537 milhões	614 milhões	809 milhões	942 milhões

Equipamentos eletrônicos e elétricos	777 milhões	950 milhões	1,04 milhões	934 milhões
Veículos (não ferroviários e de bondes)	779 milhões	1.4 bilhões	1.31 bilhões	771 milhões

Exportações

Produto	2021	2022	2023	2024
Combustíveis minerais, óleos e produtos de destilação	31.3 bilhões	47.6 bilhões	35,1 bilhões	34.2 bilhões
Navios, barcos e outras estruturas flutuantes	1.17 bilhões	1.1 bilhões	2.1 bilhões	2.71 bilhões
pérolas, pedras preciosas, metais e moedas	1,54 bilhões	1,99 bilhões	1.59 bilhões	1.53 bilhões
máquinas, reatores nucleares e caldeiras	84,3 milhões	130 milhões	164 milhões	192 milhões
Ferro e aço	20,5 milhões	32.2 milhões	52,5 milhões	72.9 milhões

OBS: O quadro acima representa as importações e exportações de Angola no período de 2021 a 2024 baseado em base de dados do TrandEconomics (2024).

Nesta tabela pode-se verificar que o principal produto tanto para as importações e exportações de Angola são o Combustíveis minerais, óleos e produtos de destilação, representando 87% das exportações e 21% das importações em 2024. Observa-se que houve um crescimento nas importações, os combustíveis, minerais, óleos tiveram um aumento de US\$ 1.89 bilhões em 2021 para US\$ 2.86 bilhões, embora este último valor tivera sido baixo em relação ao ano anterior que atingiu US\$ 3.48 bilhões.

Quanto as exportações Angola, os Combustíveis, minerais, óleos e produtos de destilação também representam a maior percentagem, cerca de 87% das exportações. Em 2021 as exportações atingiram US\$ 31.3 bilhões, apresentando um crescimento em 2022 para 47.6 bilhões, em 2024 as exportações em minerais tiveram uma baixa de US\$ 13,4 bilhões

alcançando a marca dos US\$ 34.2 bilhões em comparação a 2022 que habitam atingido um pico elevado.

Os seguintes produtos navios, barcos e outras estruturas flutuantes; e pérolas, pedras preciosas, metais e moedas representam 9.18% das exportações principais de Angola e as máquinas, reatores nucleares, caldeiras e Artigos de ferro e aço representam 24% das importações de Angola.

4.3 RESULTADOS ENCONTRADOS

A pesquisa permitiu identificar que o processo de integração regional em África tem uma enorme complexidade e é importante que entendamos cada momento deste complexo. Na criação da OUA o objetivo da organização era livrar o continente dos vestígios remanescentes da colonização e do apartheid; promover a unidade e a solidariedade entre os Estados africanos; coordenar e intensificar a cooperação para o desenvolvimento; salvaguardar a soberania e a integridade territorial dos Estados-Membros e promover a cooperação internacional (African Union, 2025), posteriormente enquanto UA passou para uma visão melhorada “Uma África integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica no cenário global”.

Para garantir que a integração seja efetivada e apresente êxitos a UA dividiu em comunidades económicas regionais de maneira a facilitar o comércio entre os países, como por exemplo a SADC e a CEEAC das quais Angola faz parte. De modo geral, o objetivo das CERs é facilitar a integração económica regional entre os membros de cada região e por meio da Comunidade Económica Africana (CEA), estabelecida pelo Tratado de Abuja em 1991 (Africa Union, 2025). Portanto, o processo de integração regional, iniciado no tratado de Abudja e fortalecido pela criação da Área Livre de Comercio Continental Africano (AfCFTA), contribuem para o aumento do comércio intra-africano.

Portanto a UA criou uma agenda (agenda 2063) junto com a AfCFTA para delinear os objetivos de integração que visam alcançar seu objetivo de desenvolvimento inclusivo e sustentável, sendo uma manifestação concreta do impulso panafricano pela unidade, autodeterminação, liberdade, progresso e prosperidade coletiva (África Union, 2024), destacando: Aspiração 2: Um continente integrado, politicamente unido e baseado nos ideais do Pan-Africanismo e na visão do Renascimento Africano. Aspiração 3: Uma África de boa governança, democracia, respeito pelos direitos humanos, justiça e Estado de Direito. Observou-se que Angola tem de maneira gradual e através dos seus Planos Nacional de

Desenvolvimento (PNB), moldado a sua política interna para poder cumprir com os requisitos da UA.

Em suma, essas são as políticas de alinhamento proposta pela União africana, a UA recomenda que cada Estado-membro as traduza em políticas nacionais, portanto, a UA reconhece que, para que todo o continente se desenvolva, a premissa da Agenda 2063 deve ser adotada a nível regional e nacional (Africa Union, 2025).

Os resultados da pesquisa indicam que as relações comerciais de Angola tendem a crescer consideravelmente nos últimos anos, o valor das importações aumentou de US\$ 11.3 bilhões em 2021 para US\$ 13 bilhões em 2024, quanto as exportações foram de US\$ 33.3 bilhões em 2021 para US\$ 39.25 bilhões (TrandEocnomincs, 2024). Apesar de o comércio apresentar um crescimento nas importações e exportações, observa-se que as principais exportações de Angola foram para fora do continente africano. Em 2024, 68% das exportações corresponderam a Ásia equivalente a US\$ 26,4 bilhões, em seguida a Europa com 18% das exportações, equivalente a US\$ 6.94 bilhões, as Américas e a África correspondem a 14.3% das exportações (TrandEocnomincs, 2024). Isso leva a entender que o continente asiático tem sido um dos principais mercados em que Angola tem explorado devido a procura crescente do petróleo por parte dos países desta região. A China tem sido o seu principal parceiro comercial naquela região, elevando assim o valor das exportações.

As importações de Angola provem com maior percentagem da Europa com um valor equivalente a US\$ 5.64 bilhões, a Ásia nesta categoria fica em segundo lugar com 40%, seguido das Américas e por último a África (TrandEocnomincs, 2024). Portanto, apesar da Ásia estar em segundo lugar em importações Angolana, a China lidera a lista como o país que mais Angola importa.

Quanto ao continente africano Angola tem tido poucas relações comerciais, representando apenas 7.3% das importações e 5.1% das exportações de Angola no mundo (TrandEconomics, 2024), uma percentagem muito pequena comparando por exemplo com a China que é o maior exportador e importador do país.

Contudo, há evidências de que o impacto da Integração económica promovida pela UA em Angola, tem apresentado resultados limitados. Embora, o país tenha apresentado interesse em se alinhar com as políticas da UA, as questões política, principalmente a sua dependência de commodities tem influenciado a sua relação com os países asiáticos, consequência disto é a baixa relação comercial com os países membros do continente africano. observa-se que a UA de forma direta através da sua agenda recai a política interna angolana obrigando a se alinhar conforme as suas ideias para atingir os objetivos da instituição, apesar de que Angola tem maior

percentagem das importações e exportações para fora do continente. Essa tendência se deve ao facto de que a economia angolana continua dependente do setor petrolífero, 65% das receitas e 95% das exportações (Banco de Portugal, 2023) e a China se tornou o principal comprador do mesmo, permitindo que os Combustíveis minerais, óleos e produtos de destilação atingissem os US\$ 34.2 bilhões em 2024

5 CONCLUSÃO

Em suma, entre 2015 e 2025 Angola passou por diversas transformações económica, política e comercial, marcada pela sua aproximação às iniciativas de integração regional a nível continental, especialmente a AfCFTA e a Agenda 2063. A integração regional em África é um processo complexo pois durante as fases de transição entre a OUA para UA o organismo teve que mudar sua maneira de atuar no continente, primeiro a percepção de que o panafricanismo seja o ponto principal para a unidade e combate a escravidão africana apoiado por Nkruma e Nyerere, em segundo essa visão foi moldado para acelerar a integração política e socioeconómica no continente, : promover a paz, estabilidade e segurança no continente; defender a soberania, integridade territorial e a independência dos Estados-membros, entre outros (Site.AfricaUnion,int). para os líderes africanos a União africana não precisava mais de lutar pelas independências dos países e pelo apartheid na África do sul, focando em uma aproximação ampla entre os Estados.

Os resultados da pesquisa mostraram que existe uma limitação do impacto da integração económica em Angola, esta integração tem funcionado como um vetor de estímulo externo, permitindo com que Angola procure se relacionar mais com os países da região, apesar de que, os resultados desta integração ainda sejam apresentados com menores percentagem, Angola mostra-se disponível em colaborar com as normas dirigidas pela UA através da Agenda 2063 e do Plano Nacional de desenvolvimento (PND), é devido este plano que Angola tem se estruturado para processo interno de alinhamento.

Quanto ao PND de 2018, no eixo XXV Angola reforça seu posicionamento no contexto internacional e regional. Este posicionamento alinha-se diretamente com os requisitos impostos pela Agenda 2063 na sua segunda aspiração “: Um continente integrado, politicamente unido e baseado nos ideais do panafricanismo e na visão do Renascimento de África”.

Portanto, mesmo com os esforços de alinhamento a integração económica regional, as relações comerciais angolana apresentaram nos últimos anos um aumento significativo nas exportações e importações, equivalente a cerca de US\$ 39 bilhões nas exportações e US\$ 15,7 bilhões nas importações em 2023, porém, como resultado 42% das importações foram para a China, 11% a Índia, 6% a Espanha. Nas importações a China lidera com 15%, depois Portugal com 9,6% em seguida o Reino Unido com 8,1 %, resultado disso foi a pouca relação intrarregional, deixando o continente africano em quarto lugar com apenas 5.1% das exportações e 7.3% nas importações totais de Angola. Esta pouca relação comercial se deve através de algumas limitações estruturais, primeiro é pelo facto de que a economia Angola é

dependente do petróleo, permitindo que sua política externa angolana, não se confina a uma única região, buscando parcerias estratégicas no cenário internacional, segundo é que a estrutura da própria UA, evidenciam que os planos da Agenda foram criada para a longo prazo, determinando que é um processo que será alcançado aos poucos e que as estruturas para a concretização dos seus objetivos serão melhoradas ao decorrer dos anos, com ajuda dos Estados membros.

Conclui-se que no período entre 2015 a 2025, a integração económica promovida pela União Africana exerceu uma influência limitada em Angola, esta influência se deve pelo fato da UA incentivar por intermédio da sua Agenda as reformas internas da política Angolana, expandindo assim a sua presença no mercado regional, porém, embora haja um impacto positivo, Angola apresente uma lacuna naquilo que é a concretização de alguns objetivos dos seus planos de Desenvolvimentos, como por exemplo: no eixo 7.1: Desenvolvimento humano (PND, 2018), recomenda que as políticas devem abranger a população, redução da taxa de mortalidade, saúde reprodutiva, distribuição da população por territórios, educação e aproveitamento das oportunidades para o desenvolvimento, decorrentes das mudanças da estrutura etária da população (PND, 2018), a UA recomenda a criação de oportunidades que possam resultar em contribuição da população jovem no crescimento económico, através de mais empregos renumerado para este grupo etário. Portanto, a pobreza no país apresenta uma desigualdade na distribuição de rendimento e para a existência de uma parte significativa da população submetida a condições mínimas de dignidade e cidadania, esse e outros pontos crucias que o Estado precisa melhorar para se alinhar adequadamente aos objetivos da união africana.

REFERÊNCIAS

AFRICAUNION.INT (<https://au.int/pt/node/3678>).

AFRICAUNION.INT (aut.int/em/recs.).

ASSIS. Carolina Chagas de et RIBEIRO. Renata Albuquerque et Garcia. Integração Regional Africana: Panorama, Avanços e Desafios. Boletim de Economia e Política Internacional. 2022.

AGENDA 2063. Ano 2015 (https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063_popular_version_po.pdf).

AFRICAN UNION.INT. acessado em: 19/09/2025, link: <https://au.int/en/overview>

Acordo da Zona de Comércio Livre Continental africana. acessado em 19/09/2025, Link: https://au.int/sites/default/files/treaties/36437-treaty-cfta_consolidated_text_-_portuguese.pdf

AFRICA UNION, Agenda 2063. Link: <https://au.int/en/agenda2063/aspirations> - acessado em 25/10/2025

BANCO DE PORTUGAL. *Angola – Panorama Económico*. Lisboa: Banco de Portugal, 2024. Disponível em: <https://www.bportugal.pt/en/node/195759>. Acesso em: 7 nov. 2025.

FERREIRA. Manuel Nenes. *INTEGRAÇÃO ECONÓMICA AFRICANA: Poder e Identidade*. Universidade do Porto, Faculdade de Letras. 2005.

FUNK, João Pedro mascarello et Da Silva. **A Área de Livre Comércio africano (AfCFTA) e a Agenda 2063: A integração regional e os Desafios do desenvolvimento económico na África**. Rev. Conjuntura Austral, v.15, n.71. 2024.m

GONÇALVES. Jonuel. *A ECONOMIA DE ANGOLA: DA INDEPENDÊNCIA À CRISE MUNDIAL DE 2008*. Revista tempo mundo. V.2. dez. 2010.

GUILHERME, Francisco Oliveira. *Processo de Integração de Angola na SADC: Dinâmicas Geoestratégicas Geoeconómicas*. Universidasde de Lisboa. 2017.

JOVITA. João Baptista de. **A POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA E AS ESTRATÉGIAS ATUAIS**. Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

MIGUEL, Lopes. *Integração regional de Angola na SADC*. Universidade de Évora, Lisboa. 2014.

MORAVCSIK, Andrew. **“Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach”** in BULMER, Simon e ANDREW, Scott. *Economic and political integration in Europe: internal dynamics and global context*. Oxford: Blackwell Publishers, 1994.

MESQUITA, Rafael. **REGIONALISMO, INTEGRAÇÃO REGIONAL E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA INTRODUÇÃO TEÓRICA**. Revista de Estudos Internacionais, volume 10. 2019.

MATOS. José Fernando De. **O PALEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÓMICO EM ANGOLA E A PARTIR DO FINAL DA GUERRA**. Universidade Federal da Bahia. Salvador. (2023).

MAIDER. Hajar. **Angola ratifica a Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA)**. Africa Legal News. 2020.

PINTO. Messias De Sá. **A ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS E OS INTERESSES DA UNIÃO EUROPEIA NA AMÉRICA LATINA**. Universidade do Minho, Braga. 2004.

Plano de Desenvolvimento Nacional (2013-2017). Link: [minfin033820.pdf](#) acessado em: 26/10/2025.

Plano de Desenvolvimento Nacional (2018-2022). Link: [minfin601408.pdf](#) acessado em: 26/10/2025.

SILVA. Igor Castelano da. **POLÍTICA EXTERNA NA ÁFRICA AUSTRAL: Guerra, Construção do Estado em ordem Regional (África do Sul, Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia)**. CEBRÁFRICA-UFRGS, 2016.

SACAVINDA, Paula Graça. **POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA: COMÉRCIO INTERNACIONAL E INTEGRAÇÃO ECONÓMICA REGIONAL NA SADC**. UNILAB, 2023.

TAVARES. Eduardo Tomás. **DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO DE ANGOLA: GARGALOS E OPORTUNIDADES**. Universidade Do Vale Do Rio Dos Sinos-UNISINOS. 2013.

TRAND ECONOMICS. Angola importações por país 2024. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/angola/imports-by-country>

TRAND ECONOMICS. Angola importações por categoria. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/angola/imports-by-category>

TRAND ECONOMICS. Angola exportações por país. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/angola/exports-by-country>

TRAND ECONOMICS. Angola exportações por categoria. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/angola/exports-by-category>

VALENTE. Celisa Zareth Tito. Os desafios de Integração Regional na União Africana, Universidade Autónoma de Lisboa. 2021.

www.bp.com publicado em 2 de agosto de 2022. Acesso ([Azule Energy, a nova maior produtora independente de petróleo e gás de Angola, inicia operações | Notícias e insights | Casa](#)).